

Rede Energia S/A - Em Recuperação Judicial | Resultados do 3º trimestre de 2015

Cataguases, 13 de novembro de 2015 - A Administração da Rede Energia S/A - Em Recuperação Judicial ("Rede Energia" ou "Companhia") apresenta os resultados do terceiro trimestre (3T15) e dos primeiros nove meses de 2015 (9M15).

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Rede Energia S/A tem como base dos seus negócios a distribuição de energia elétrica, sendo responsável por oito distribuidoras localizadas nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo e Paraná, que compreende 436 municípios. A base comercial das distribuidoras da Rede Energia abrange aproximadamente 3,6 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população de 9,1 milhões de habitantes.

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos primeiros nove meses de 2015 e 2014:

Descrição	9M15	9M14	Variação %
Resultados Consolidados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	9.312,4	4.266,3	+ 118,3
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	8.630,7	4.094,8	+ 110,8
Receita Operacional Líquida	5.453,6	3.069,3	+ 77,7
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	4.771,9	2.897,8	+ 64,7
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	536,0	396,3	+ 35,3
EBITDA	937,0	545,2	+ 71,9
EBITDA Ajustado	1.010,3	626,6	+ 61,2
Resultado financeiro	(252,8)	2.216,7	-
Lucro Líquido	293,8	1.923,1	- 84,7
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	18,5	20,4	- 1,9 p.p
Indicadores Operacionais Consolidados			
Número de Consumidores Cativos (mil)	3.565,7	3.444,5	+ 3,5
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	12.524,4	12.157,8	+ 3,0
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	14.765,0	14.286,0	+ 3,4
Descrição	30/09/2015	31/12/2014	Variação %
Indicadores Financeiros Consolidados - R\$ milhões			
Ativo Total	12.332,6	11.915,8	+ 3,5
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	640,4	1.330,1	- 51,9
Patrimônio Líquido	2.237,8	1.956,4	+ 14,4
Endividamento Líquido	2.814,0	2.194,7	+ 28,2

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

2 Desempenho operacional

2.1 Mercado de energia

No terceiro trimestre de 2015 (3T15), a energia elétrica total comercializada pela Rede Energia somou 4.809,2 GWh. Considerando o volume comercializado pelas distribuidoras da Rede Energia no 3T14, esse montante comercializado representa uma redução de 2,1%. No acumulado em nove meses (9M15), a energia total comercializada atingiu 14.765,0 GWh, um incremento de 3,4% sobre o volume registrado em 9M14, em base pró-forma. A composição desse crescimento é a seguinte:

Energia Comercializada (Valores em GWh)	Trimestre			9 meses		
	3T15	3T14	Var. %	9M15	9M14 (*)	Var. %
✓ Vendas de energia a consumidores finais (Mercado Cativo)	4.191,9	4.164,6	+ 0,7	12.524,4	12.157,8	+ 3,0
✓ Energia associada a consumidores livres (TUSD)	536,8	574,2	- 6,5	1.612,2	1.696,1	- 4,9
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD)	4.728,7	4.738,8	- 0,2	14.136,5	13.853,9	+ 2,0
✓ Suprimento de energia	35,0	75,5	- 53,6	669,5	328,5	+ 103,8
✓ Energia não Faturada	45,5	99,7	- 54,3	(41,0)	103,6	-
Total Energia Comercializada - Rede Energia Consolidada	4.809,2	4.914,0	- 2,1	14.765,0	14.286,0	+ 3,4

(*) Para efeito de cálculo de crescimento de mercado, foram consideradas as vendas de energia das empresas da Rede Energia como se fossem controladas pela Energia no período de nove meses de 2014.

Mercado Cativo de Energia Elétrica por Classe de Consumo + TUSD (Consolidado)

Vendas de energia (Valores em GWh)	Trimestre			9 meses		
	3T15	3T14	Var. %	9M15	9M14 (*)	Var. %
Vendas de energia a consumidores finais + TUSD	4.728,7	4.738,8	- 0,2	14.136,5	13.853,9	+ 2,0
✓ Residencial	1.509,2	1.471,0	+ 2,6	4.665,9	4.451,4	+ 4,8
✓ Industrial	1.154,8	1.267,4	- 8,9	3.481,5	3.632,7	- 4,2
▪ Cativo	618,0	693,2	- 10,8	1.869,3	1.936,6	- 3,5
▪ Livre	536,8	574,2	- 6,5	1.612,2	1.696,1	- 4,9
✓ Comercial	931,2	905,2	+ 2,9	2.853,8	2.740,4	+ 4,1
✓ Rural	555,5	542,9	+ 2,3	1.426,3	1.394,5	+ 2,3
✓ Outras classes	578,0	552,3	+ 4,7	1.709,0	1.634,9	+ 4,5

(*) Para efeito de cálculo de crescimento de mercado, foram consideradas as vendas de energia das empresas da Rede Energia como se fossem consolidadas pela Rede Energia no período de nove meses de 2014.

Mercado Cativo + TUSD por Distribuidora e Região (GWh)

Vendas de energia (Valores em GWh)	Trimestre			9 meses		
	3T15	3T14	Var. %	9M15	9M14 (*)	Var. %
Região Norte	558,1	523,3	+ 6,7	1.539,6	1.433,1	+ 7,4
✓ Energisa Tocantins	558,1	523,3	+ 6,7	1.539,6	1.433,1	+ 7,4
Região Centro-Oeste	3.229,0	3.250,0	- 0,6	9.614,0	9.397,4	+ 2,3
✓ Energisa Mato Grosso	2.068,8	2.070,1	- 0,1	5.915,3	5.793,2	+ 2,1
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	1.160,2	1.179,9	- 1,7	3.698,7	3.604,2	+ 2,6
Região Sudeste	870,5	890,7	- 2,3	2.765,3	2.802,7	- 1,3
✓ Caiuá	257,9	264,2	- 2,4	842,7	861,7	- 2,2
✓ Vale Paranapanema	211,4	212,0	- 0,3	680,9	680,3	+ 0,1
✓ Bragantina	266,4	278,1	- 4,2	808,2	827,3	- 2,3
✓ Nacional	134,8	136,4	- 1,2	433,5	433,4	-
Região Sul	71,1	74,8	- 4,9	217,6	220,7	- 1,4
✓ Força e Luz do Oeste	71,1	74,8	- 4,9	217,6	220,7	- 1,4
Total - Distribuição nas quatro regiões do país	4.728,7	4.738,8	- 0,2	14.136,5	13.853,9	+ 2,0

(*) Para efeito de cálculo de crescimento de mercado, foram consideradas as vendas de energia das empresas da Rede Energia como se fossem consolidadas pela Rede Energia no período de nove meses de 2014.

As distribuidoras da Rede Energia S/A - em Recuperação Judicial encerraram o mês de setembro de 2015 com um total de 3.565.668 unidades consumidoras cativas e com 170 consumidores livres (94 na Energisa Mato Grosso, 43 na Energisa Mato Grosso do Sul, 7 na Energisa Tocantins, 6 na Caiuá, 3 na Vale Paranapanema, 12 na Bragantina, 4 na Nacional e 1 na CFLO).

2.2 Perdas de energia elétrica

A Rede Energia reestruturou e ampliou após a aquisição do seu controle acionário pela Energisa S/A, as ações de fiscalizações das unidades consumidores das distribuidoras adquiridas, visando ao combate ao furto e à fraude no consumo de energia elétrica. Ao fim de nove meses de 2015, as perdas de energia das distribuidoras da Rede Energia foram as seguintes, com destaque para as reduções alcançadas pelas empresas de maiores perdas nas empresas Energisa Mato Grosso do Sul e Energisa Tocantins:

Distribuidoras	Perdas de Energia Últimos 12 meses (%)		
	9M15	9M14	Variação em pontos percentuais
Força e Luz do Oeste	4,06	3,79	+ 0,27
Bragantina	5,13	5,01	+ 0,12
Vale Paranapanema	7,33	7,16	+ 0,17
Caiuá	8,09	7,80	+ 0,29
Nacional	8,14	8,30	- 0,16
Energisa Mato Grosso	14,05	13,84	+ 0,21
Energisa Mato Grosso do Sul	14,21	15,25	- 1,04
Energisa Tocantins	14,33	14,79	- 0,46

2.3 Gestão da Inadimplência

As revisões extraordinárias tarifárias e o advento das bandeiras tarifárias ocorridas no 1T15 contribuíram para o aumento da inadimplência, que passou de 1,84% para 2,45% (proporção do que não foi recebido em relação ao que foi faturado nos últimos 12 meses), o que representa um incremento de aproximadamente R\$ 105,5 milhões. As distribuidoras da Rede Energia vêm intensificando as ações de cobrança das contas de energia para conter o aumento da inadimplência, com mecanismos ágeis e desburocratizados de pagamento de débitos por meio de pontos de atendimento, da internet e de call center, intensificação de ações de corte e negatização de débitos. O desempenho do indicador relativo à inadimplência (proporção do que não foi recebido em relação ao que foi faturado nos últimos 12 meses) dos consumidores foi bastante afetado pelo aumento dos valores faturados e pelo incremento da parcela não arrecadada.

O indicador está apresentado a seguir:

Distribuidoras	Inadimplência Últimos 12 meses (%)		
	Set/2015	Set/2014	Var. %
Vale Paranapanema	1,08	1,05	+ 2,9
Caiuá	1,16	1,07	+ 8,4
Nacional	1,33	0,97	+ 37,1
Bragantina	1,76	0,97	+ 81,4
Força e Luz do Oeste	2,35	1,33	+ 76,7
Energisa Mato Grosso	2,40	1,78	+ 34,8
Energisa Tocantins	2,90	2,11	+ 37,4
Energisa Mato Grosso do Sul	3,13	2,39	+ 31,0
Rede Energia Consolidada	2,45	1,84	+ 33,2

2.4 Balanço de Energia

Balanço de Energia (GWh) - Distribuidoras da Rede Energia

Descrição (GWh)	9 meses de 2015								
	EMT	EMS	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	Total
(a) Energia requerida (a=b+c+d+e+h+i)	6.997,3	4.294,7	1.812,1	958,2	727,5	848,5	489,8	225,9	16.354,0
(b) Energia vendida mercado cativo	5.079,1	3.334,2	1.499,2	808,3	639,6	540,3	406,8	217,0	12.524,4
✓ Residencial	1.850,5	1.242,1	601,4	328,1	231,9	178,0	167,3	66,7	4.665,9
✓ Industrial	679,1	453,1	217,8	97,2	118,8	165,6	65,6	72,3	1.869,4
✓ Comercial	1.181,5	814,0	292,3	208,3	121,6	97,0	90,8	48,3	2.853,8
✓ Rural	717,7	349,1	151,5	47,2	78,5	50,4	26,6	5,2	1.426,3
✓ Setor público e consumo próprio	650,3	475,9	236,2	127,4	88,8	49,3	56,5	24,5	1.709,0
(c) Transporte energia clientes livres (TUSD)	836,2	364,5	40,4	34,5	41,3	268,0	26,6	0,6	1.612,2
(d) Consumo não faturado	31,1	(46,3)	3,1	(10,8)	(6,9)	(4,4)	(5,5)	(1,3)	(41,0)
(e) Suprimento a concessionárias	-	-	-	-	-	-	21,1	-	21,1
(f) Venda de Energia CCEE	482,2	74,1	-	35,2	47,3	-	9,6	-	648,4
(g) Energia Total Vendida (g=b+d+e+f)	5.592,5	3.362,0	1.502,3	832,7	679,9	535,8	432,1	215,6	13.152,8
(h) Intercâmbio de energia	10,3	14,7	3,3	49,5	-	-	-	-	77,8
(i) Perdas na distribuição	1.040,7	627,5	266,1	76,7	53,5	44,7	40,7	9,6	2.159,5
(j) Perdas na Rede Básica	74,4	37,0	25,0	30,1	22,1	19,7	11,7	-	220,1
(k) Energia Recebida Total (k=b+d+e+f+i+j)	6.707,5	4.026,5	1.793,4	939,5	755,5	600,2	484,5	225,2	15.532,4
% das perdas na distribuição (% = i/a)	14,9	14,6	14,7	8,0	7,4	5,3	8,3	4,2	13,2

Os contratos de compra de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), contratos bilaterais, contratos de energia distribuída e a liquidação das diferenças na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) da Rede Energia totalizaram no período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2015 o montante de 15.532,4 GWh para atender a energia requisitada pelo sistema das distribuidoras da Rede Energia.

Portfólio de Contratos (GWh) - Distribuidoras da Rede Energia

Descrição (GWh)	9 meses de 2015								
	EMT	EMS	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	Total
(a) Energia comprada	5.440,8	3.818,9	1.300,3	916,9	746,1	566,1	466,9	225,2	13.481,4
✓ Bilateral	1.646,5	356,8	149,4	188,7	187,5	177,2	80,0	-	2.786,1
✓ Leilões de Energia	1.770,2	1.436,0	542,8	373,4	336,4	186,8	217,6	-	4.863,2
✓ Quota de Itaipu	1.030,3	548,0	-	202,6	141,3	147,4	99,3	-	2.168,8
✓ Quota do PROINFA	115,1	76,4	33,1	19,8	15,2	12,8	10,1	5,2	287,8
✓ Quota de ANGRA	184,1	126,4	52,0	34,9	27,2	22,6	17,7	-	464,9
✓ Quota de Garantia Física (95%)	689,7	973,0	477,3	97,6	38,6	19,3	42,2	-	2.337,6
✓ Contrato Suprimento	-	-	-	-	-	-	-	220,0	220,0
✓ Geração distribuída	4,8	302,3	45,7	-	-	-	-	-	352,8
(b) Geração Própria / Embutida / Desverticalizada	1.106,5	0,8	190,3	-	-	-	-	-	1.297,6
(c) Liquidação na CCEE	160,2	206,8	302,8	22,6	9,3	34,2	17,6	-	753,5
(d) Energia Recebida Total (d=a+b+c)	6.707,5	4.026,5	1.793,4	939,5	755,5	600,2	484,5	225,2	15.532,4

3 Desempenho financeiro

3.1 Receita operacional bruta e líquida

Nos primeiros nove meses de 2015 (9M15) a Rede Energia apresentou receita operacional bruta consolidada, sem a receita de construção, a qual é atribuída margem zero, de R\$ 8.630,7 milhões, ante 4.094,8 milhões em 9M14. Já a receita operacional líquida consolidada, igualmente sem a receita de construção, foi para R\$ 4.771,9 milhões, contra os R\$ 2.897,8 milhões registrados em igual período do ano anterior.

Importante ressaltar que a Rede Energia S/A - Em Recuperação Judicial voltou a ter controle sobre as decisões

econômicas e operacionais das suas distribuidoras de energia elétrica em 11 de abril de 2014, razão pela qual a partir daquela data os respectivos ativos voltaram a ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial e consequentemente consolidados.

A seguir, as receitas líquidas das distribuidoras da Rede Energia:

Receita Líquida (Valores em R\$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T15	3T14	Var. %	9M15	9M14 (*)	Var. %
✓ Energisa Mato Grosso	841,2	740,7	+ 13,6	2.485,4	2.053,7	+ 21,0
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	412,2	437,1	- 5,7	1.338,7	1.192,6	+ 12,3
✓ Energisa Tocantins	251,7	198,6	+ 26,7	673,6	554,0	+ 21,6
✓ Caiuá	102,5	93,4	+ 9,7	289,5	252,3	+ 14,7
✓ Vale Paranapanema	81,3	73,5	+ 10,6	229,1	198,7	+ 15,3
✓ Bragantina	74,7	63,6	+ 17,5	204,4	174,3	+ 17,3
✓ Nacional	45,1	43,0	+ 4,9	138,9	122,9	+ 13,0
✓ Força e Luz do Oeste	26,6	23,8	+ 11,8	78,3	58,1	+ 34,8

(*) Para efeito comparativo, foram considerados os resultados das empresas da Rede Energia como se fossem controladas pela Energisa no período de nove meses de 2014.

3.2 Reajustes tarifários e repasses de recursos

3.2.1 Bandeiras tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o “Sistema de Bandeiras Tarifárias” nas contas de energia elétrica a partir de janeiro de 2015. O acionamento da bandeira é sinalizado mensalmente pela Aneel, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na capacidade de geração de energia elétrica no país. A aplicação da bandeira é o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação. As bandeiras são verde, amarela e vermelha e indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica do país e do acionamento das usinas térmicas. O sistema tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo e o desembolso de pagamento de acréscimos para compra de energia.

As receitas consolidadas auferidas pela Rede Energia provenientes das bandeiras tarifárias em 9M15 foram de R\$ 558,0 milhões (R\$ 219,3 milhões no 3T15).

3.2.2 Revisão Tarifária Extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. Os consumidores das distribuidoras da Rede Energia perceberam os seguintes efeitos médios:

Efeito médio da RTE por distribuidora

Distribuidoras	%
Bragantina	38,5
Nacional	35,2
Caiuá	32,4
Força e Luz do Oeste	31,9
Vale Paranapanema	29,4
Energisa Mato Grosso do Sul	27,9
Energisa Mato Grosso	26,8
Energisa Tocantins	4,5

A RTE aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia. Adicionalmente, em 2015 foram concedidos reajustes tarifários para as subsidiárias da Rede Energia, com os seguintes efeitos médios percebidos pelos consumidores:

Distribuidora	Reajuste tarifário - Efeito médio	
	%	Vigência
Energisa Mato Grosso do Sul	3,22	8 de abril
Energisa Mato Grosso	- 0,38	8 de abril
Caiuá	1,85	10 de maio
Vale Paranapanema	- 0,09	10 de maio
Bragantina	- 0,23	10 de maio
Nacional	- 3,62	10 de maio
Força e Luz do Oeste	16,54	29 de setembro
Tocantins	5,88	4 de julho

A Rede Energia, por meio de suas subsidiárias, recebeu também, o montante de R\$ 75,5 milhões, provenientes dos recursos da conta ACR (Conta no Ambiente de Contratação Regulada) repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cobertura da exposição involuntária no Mercado de Curto Prazo - MCP e despacho termoelétrico vinculado aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D relativo aos meses de novembro e dezembro de 2014. Os valores foram registrados como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviço do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 321,6 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

Os valores por distribuidora são os seguintes:

Distribuidora	Recursos ACR - Cobertura de Custos (R\$ milhões)	Recursos Decreto 7.891 (R\$ milhões)	Total (R\$ milhões)
Energisa Mato Grosso	8,1	150,5	158,6
Energisa Mato Grosso do Sul	14,3	94,7	109,0
Energisa Tocantins	35,4	29,9	65,3
Caiuá	6,7	11,7	18,4
Nacional	3,7	14,2	17,9
Bragantina	6,2	9,0	15,2
Vale Paranapanema	1,1	10,2	11,3
Força e Luz do Oeste	-	1,4	1,4
Total	75,5	321,6	397,1

3.2.3 Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação CCC

As distribuidoras da Rede Energisa possuem créditos de subvenção tarifária e baixa renda, relativos ao período de abril a setembro de 2015, que serão ressarcidos pela Eletrobras, através da Conta de Desenvolvimento Energético, no montante de R\$ 291,0 milhões.

Além deste saldo, a Rede Energia detém créditos de sub-rogação de CCC (Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis) no montante de R\$ 37,3 milhões, em função do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

3.3 Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 4.235,9 milhões em 9M15 e R\$ 1.472,8 milhões no 3T15, aumento de 69,3% (R\$ 1.734,5 milhões) e 3,8% (R\$ 54,6 milhões) respectivamente, quando comparado com o mesmo período de 2014. Desse total, as despesas controláveis cresceram R\$ 167,2 milhões (redução de R\$ 73 milhões no 3T15) em 9M15, totalizando R\$ 788,5 milhões (R\$ 281,8 milhões no 3T15). As despesas não controláveis cresceram R\$ 1.487,2 milhões (aumento de R\$ 58,7 milhões no 3T15) em 9M15, totalizando R\$ 3.148,4 milhões (R\$ 1.007,1 milhões no 3T15).

Esses expressivos crescimentos decorrem fundamentalmente da base comparativa de setembro de 2014, que inclui apenas as despesas operacionais das distribuidoras da Rede Energia no trimestre abril a setembro, quando esses ativos voltaram a ser consolidados após o fim da intervenção em 8 de abril de 2014.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T15	3T14	Variação R\$ milhões	9M15	9M14 (*)	Variação R\$ milhões
1 Despesas controláveis	281,8	354,9	- 73,1	788,5	621,3	+ 167,2
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	116,6	105,5	+ 11,1	327,2	235,6	+ 91,6
1.2 Material	26,0	18,0	+ 8,0	67,9	35,4	+ 32,5
1.3 Serviços de terceiros	139,2	231,4	- 92,2	393,4	350,3	+ 43,1
2 Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	1.007,1	948,4	+ 58,7	3.148,4	1.661,2	+ 1.487,2
3 Depreciação e amortização	116,2	76,0	+ 40,2	401,0	148,8	+ 252,2
4 Provisões contingências e devedores duvidosos	9,4	(96,7)	+ 106,1	(64,3)	(55,2)	- 9,1
5 Outras despesas/receitas	58,3	135,6	- 77,3	(37,7)	125,3	- 163,0
Subtotal	1.472,8	1.418,2	+ 54,6	4.235,9	2.501,4	+ 1.734,5
6 Custo de construção (**)	297,7	56,6	+ 241,1	681,7	171,5	+ 510,2
Total	1.770,5	1.474,8	+ 295,7	4.917,6	2.672,9	+ 2.244,7

(*) Inclui apenas as despesas operacionais das distribuidoras da Rede Energia no trimestre abril a setembro, quando esses ativos voltaram a ser consolidados após o fim da intervenção em 8 de abril de 2014.

(**) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

3.4 Resultado financeiro

No 3T15, o resultado financeiro consolidado (receitas financeiras menos despesas financeiras consolidadas) representou despesas financeiras líquidas consolidadas de R\$ 106,0 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 22,4 milhões em igual período do ano passado. Esse resultado está afetado pela marcação a mercado dos derivativos, o que reflete o valor presente dos mecanismos de proteção cambial, no montante de R\$ 36,6 milhões (R\$ 45,2 milhões no 3T15).

No acumulado em 9M15, as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 252,8 milhões, ante a receita financeira líquida de R\$ 2.216,7 milhões, em decorrência basicamente dos ajustes a valor presente e valor justo dos ativos e passivos da Rede Energia.

3.5 Lucro líquido e geração de caixa (EBITDA)

Nos primeiros nove meses de 2015 (9M15), a Rede Energia apresentou lucro líquido consolidado de R\$ 293,8 milhões (R\$ 0,9 milhão no 3T15), contra R\$ 1.923,1 milhões em 9M14. Vale lembrar que o resultado em 9M14 está acrescido por receitas líquidas dos ajustes a valor presente e valor justo dos ativos e passivos da Rede Energia, no montante de R\$ 1.875,0 milhões.

A geração consolidada de caixa ajustada (EBITDA Ajustado), por sua vez, totalizou R\$ 1.010,3 milhões em 9M15, contra uma geração consolidada de caixa ajustada de R\$ 626,6 milhões em 9M14. Desconsiderando os efeitos da venda de ativos de geração da Rede Energia, a geração consolidada de caixa ajustada recorrente seria de R\$ 755,0 milhões em 9M15, ante uma geração consolidada de caixa ajustada de R\$ 626,6 milhões.

A composição dos resultados consolidados da Rede Energia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa (R\$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T15	3T14	Var. %	9M15	9M14	Var. %
(=) Lucro Líquido Consolidado	0,9	45,2	- 98,0	293,8	1.923,1	- 84,7
(+) Contribuição social e imposto de renda	(26,9)	38,4	- 170,1	(26,8)	573,6	-
(+) Resultado das operações descontinuadas	-	93,2	-	16,2	116,4	- 86,1
(+) Resultado financeiro	106,0	22,4	+ 373,2	252,8	(2.216,7)	- 111,4
(+) Depreciação e amortização	116,2	76,0	+ 52,9	401,0	148,8	+ 169,5
(=) Geração de caixa (EBITDA)	196,2	275,2	- 28,7	937,0	545,2	+ 71,9
(-) Receitas líquidas de venda de ativos de geração	-	-	-	255,3	-	-
(=) Geração de caixa recorrente, sem o efeito da venda dos ativos	196,2	275,2	- 28,7	681,6	545,2	+ 25,0
(+) Receitas de acréscimos moratórios	26,7	40,9	- 34,7	73,4	81,4	- 9,8
(=) Geração ajustada de caixa recorrente (EBITDA Ajustado)	222,9	316,1	- 29,5	755,0	626,6	+ 20,5
(+) Receitas líquidas de venda de ativos de geração	-	-	-	255,3	-	-
(=) Geração ajustada de caixa, com efeito da venda de ativos	222,9	316,1	- 29,5	1.010,3	626,6	+ 61,2
Margem do EBITDA ajustado, com efeito da venda dos ativos (%)	12,0	18,9	- 6,9 p.p	18,5	20,4	- 1,9 p.p

A seguir, o lucro líquido consolidado da Rede Energia e das suas subsidiárias:

Lucro Líquido (R\$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T15	3T14	Var. %	9M15	9M14	Var. %
Distribuidoras de energia elétrica						
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	17,1	23,2	- 26,3	76,5	(10,6)	-
✓ Energisa Mato Grosso	(22,5)	15,1	-	29,5	(0,9)	-
✓ Energisa Tocantins	28,7	29,6	- 3,0	73,1	(10,2)	-
✓ Vale Paranapanema	6,8	4,8	+ 41,7	13,9	9,3	+ 49,5
✓ Caiuá	3,1	11,3	- 72,6	9,6	2,2	+ 336,4
✓ Nacional	0,1	6,7	- 98,5	5,9	16,7	- 64,7
✓ Força e Luz do Oeste	0,2	1,3	- 84,6	5,1	0,8	+ 537,5
✓ Bragantina	(1,6)	7,7	-	(0,6)	24,7	-
Rede Energia Consolidada	0,9	45,2	- 98,0	293,8	1.923,1	- 84,7

(*) Para efeito comparativo, foram considerados os resultados das empresas da Rede Energia como se fossem controladas pela Energisa no período de nove meses de 2014.

As gerações de caixa (EBITDA e EBITDA Ajustado) por distribuidora da Rede Energia em 9M15 são as seguintes:

Geração de Caixa (R\$ milhões)	EBITDA		EBITDA Ajustado	
	Valor	Var. % (*)	Valor	Var. % (*)
Distribuição de energia elétrica				
✓ Energisa Mato Grosso	246,1	- 1,6	284,5	+ 1,9
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	197,6	+ 177,9	203,0	+ 170,7
✓ Energisa Tocantins	105,7	+ 137,0	120,9	+ 121,0
✓ Caiuá	33,4	+ 40,6	37,8	+ 41,0
✓ Bragantina	31,0	+ 3,5	34,2	+ 6,9
✓ Vale Paranapanema	24,8	+ 40,7	27,7	+ 41,9
✓ Nacional	8,3	- 47,5	10,6	- 38,9
✓ Força e Luz do Oeste	9,0	+ 300,4	10,7	+ 243,2

(*) Variação percentual sobre o mesmo período do ano anterior.

4 Estrutura de capital

4.1 Caixa e endividamento

Em 30 de setembro de 2015, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Rede Energia foi de R\$ 640,4 milhões. Já a dívida líquida consolidada, que incluem empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, parcelamentos de impostos, encargos financeiros, fundo de pensão e instrumentos financeiros derivativos líquidos, totalizou R\$ 2.814,0 milhões, contra R\$ 2.194,7 milhões em 31 de dezembro de 2014, conforme composição abaixo:

Descrição (Valor em R\$ milhões)	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014 (*)	30/09/2015	31/12/2014 (*)
Curto Prazo	0,8	2,0	375,7	702,7
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-	-	344,0	259,5
Debêntures	0,6	1,0	111,4	52,3
Encargos de dívidas	0,2	1,0	15,7	9,9
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	-	-	18,0	20,3
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	6,0	291,3
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	9,8	76,5
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	(129,2)	(7,1)
Longo Prazo	132,6	125,2	3.369,7	3.011,2
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	90,0	88,1	1.893,1	1.454,6
Debêntures	42,6	37,1	876,3	931,8
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	-	-	91,4	99,0
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	167,5	177,6
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	341,4	351,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	-	(2,9)
Total das dívidas	133,4	127,2	3.745,4	3.713,9
(-) Disponibilidades financeiras	5,3	5,1	640,4	1.330,1
(-) Créditos CDE	-	-	291,0	189,1
Total das dívidas líquidas (*)	128,1	122,1	2.814,0	2.194,7

(*) Valores reclassificados.

(**) Valor deduzido do ajuste a valor presente dos credores que optaram pelo recebimento em 22 anos dos seus créditos no Plano de Recuperação Judicial da Rede Energia.

As dívidas por distribuidora controlada pela Rede Energia em 30 de setembro de 2015 são as seguintes:

Dívidas líquidas (R\$ milhões)	EMT	EMS	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO
Curto Prazo	150,4	127,4	12,2	(31,0)	35,8	63,6	13,2	25,4
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	80,8	77,5	24,7	1,0	38,7	77,5	12,7	30,5
Debêntures	55,9	47,0	7,9	-	-	-	-	-
Encargos de dívidas	2,9	2,8	6,0	1,6	0,4	1,0	0,1	0,7
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	5,3	0,1	0,2	4,3	3,2	3,2	2,5	1,4
Parcelamento de encargos setoriais	5,2	-	0,8	-	-	-	-	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	9,8	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(9,5)	-	(27,4)	(37,9)	(6,5)	(18,1)	(2,1)	(7,2)
Longo Prazo	1.632,3	811,1	484,5	181,9	19,3	89,4	14,9	2,3
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	715,9	439,5	418,6	156,0	-	69,9	-	0,1
Debêntures	417,9	371,5	44,3	-	-	-	-	-
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	10,6	0,1	0,6	25,9	19,3	19,5	14,9	2,2
Parcelamento de encargos setoriais	146,5	-	21,0	-	-	-	-	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	341,4	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das dívidas	1.782,7	938,5	496,7	150,9	55,1	153,0	28,1	27,7
(-) Disponibilidades financeiras	213,5	146,3	131,9	32,9	30,6	39,4	23,0	12,7
(-) Créditos CDE	141,3	110,9	30,9	8,5	9,4	6,3	13,5	1,1
Total das dívidas líquidas	1.427,9	681,3	333,9	109,5	15,1	107,3	(8,4)	13,9
Indicadores Relativos								
Dívidas líquidas / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	3,5	2,0	2,1	1,7	0,3	1,9	(0,3)	0,7
Dívidas líquidas / Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas (%)	51,7	47,6	34,9	68,2	10,6	71,7	(12,9)	42,3

5 Investimentos

Com foco na melhoria dos serviços prestados, as distribuidoras da Rede Energia investiram, nos primeiros nove meses de 2015, R\$ 785,2 milhões, incremento de 94,2% (R\$ 380,9 milhões) em relação a igual período do ano anterior. Os investimentos por controlada estão detalhados no quadro a seguir:

Investimentos (R\$ milhões)	9 meses		Variação	
	9M15	9M14	%	R\$ milhões
Energisa Mato Grosso	335,6	183,7	+ 77,2	+ 151,9
Energisa Tocantins	203,5	62,6	+ 225,1	+ 140,9
Energisa Mato Grosso do Sul	152,1	111,7	+ 36,2	+ 40,4
Caiuá	31,3	15,8	+ 98,1	+ 15,5
Bragantina	21,6	10,5	+ 105,7	+ 11,1
Nacional	20,2	7,6	+ 165,8	+ 12,6
Vale Paranapanema	16,8	9,2	+ 82,6	+ 7,6
Força e Luz do Oeste	4,1	3,2	+ 28,1	+ 0,9
Total	785,2	404,3	+ 94,2	+ 380,9

6 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e dos auditores anteriores pelos serviços prestados para a Rede Energia e suas controladas nos primeiros nove meses de 2015 foi de R\$ 4.142 mil, dos quais R\$ 4.103 mil pela revisão das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

REDE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/9/2015	31/12/2014	30/9/2015	31/12/2014
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	1.226	5.072	203.601	356.595
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	4.057	51	436.769	973.554
Clientes, consumidores e concessionárias	-	-	1.300.799	967.691
Títulos de créditos a receber	845	845	7.309	8.210
Juros s/ capital próprio/ dividendos	5.236	41.972	-	-
Estoques	-	-	19.634	19.579
Tributos a recuperar	18.355	24.832	238.876	169.937
Instrumentos financeiros	-	-	129.189	7.089
Ativos regulatórios	-	-	398.759	159.552
Contas a receber da concessão	-	-	-	438.766
Outros créditos	5.455	7.537	506.203	360.433
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	250.837
Total do circulante	35.174	80.309	3.241.139	3.712.243
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Consumidores e concessionárias	-	-	112.288	122.404
Títulos de créditos a receber	-	-	16.358	16.358
Créditos com partes relacionadas	282.511	110.397	439.225	226.444
Tributos a recuperar	7.380	2.523	124.354	115.499
Depósitos e cauções vinculados	121	121	119.575	91.764
Créditos tributários	-	-	421.708	483.873
Ativos regulatórios	-	-	414.844	435.197
Contas a receber da concessão	-	-	2.384.192	1.626.322
Instrumentos financeiros	-	-	-	3.154
Outros créditos	445	445	75.684	81.786
	290.457	113.486	4.108.228	3.202.801
Investimentos	3.287.384	3.350.159	4.610	4.791
Imobilizado	-	-	18.220	14.321
Intangível	-	-	4.960.405	4.981.632
Total do não circulante	3.577.841	3.463.645	9.091.463	8.203.545
Total do ativo	3.613.015	3.543.954	12.332.602	11.915.788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2. Balanço Patrimonial Passivo

REDE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/9/2015	31/12/2014	30/9/2015	31/12/2014
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	252	262	776.771	665.924
Encargos de dívidas	186	1.036	15.687	9.911
Empréstimos e financiamentos	-	-	343.962	259.496
Debêntures	558	1.012	111.411	52.336
Dividendos a pagar	-	-	12.803	21.985
Folha de pagamento	-	-	15.209	17.702
Tributos e contribuições	935	1.619	317.891	201.090
Parcelamento de impostos	-	-	17.994	20.308
Débitos com partes relacionadas	-	474.541	-	546.793
Taxas regulamentares	-	-	6.044	291.281
Obrigações estimadas	-	-	97.789	47.987
Passivos regulatórios	-	-	273.262	76.758
Incorporação de redes	-	-	157.748	146.424
Programa de eficiência energética	-	-	126.776	153.916
Taxa de iluminação pública	-	-	42.178	35.589
Encargos setoriais - Bandeiras tarifárias	-	-	84.300	-
Passivos disponíveis para venda	-	130.639	-	466.854
Outros	1.536	1.795	202.422	141.562
Total do circulante	3.467	610.904	2.602.247	3.155.916
Não circulante				
Fornecedores	-	-	349.069	353.609
Empréstimos e financiamentos	90.010	88.121	1.893.140	1.454.598
Debêntures	42.586	37.124	876.308	931.786
Tributos e contribuições sociais	-	-	19.611	16.014
Parcelamento de impostos	-	-	80.067	87.999
Tributos diferidos	435.734	434.362	1.392.091	1.565.686
Débitos com partes relacionadas	635.818	226.301	639.383	16.086
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	485.737	538.671
Provisão para perdas em participações societárias	157.949	181.166	-	-
Instrumentos financeiros	-	-	-	259
Benefícios a empregados - plano de pensão	-	-	11.347	11.040
Passivos regulatórios	-	-	148.924	351.791
Taxas regulamentares	-	-	167.484	177.585
Incorporação de redes	-	-	187.147	217.973
Outras contas a pagar	9.620	9.562	231.652	71.949
Total do não circulante	1.371.717	976.636	6.481.960	5.795.046
Patrimônio líquido				
Capital social	2.245.787	2.245.787	2.245.787	2.245.787
Reservas de capital	26.485	26.485	26.485	26.485
Prejuízos acumulados	(73.094)	(354.511)	(73.094)	(354.511)
Outros resultados abrangentes	6.194	6.194	6.194	6.194
Ajuste de avaliação patrimonial	24.459	24.459	24.459	24.459
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.000	8.000	8.000	8.000
Total do patrimônio líquido	2.237.831	1.956.414	2.237.831	1.956.414
Participação dos Acionistas não controladores	-	-	1.010.564	1.008.412
Total do passivo e patrimônio líquido	3.613.015	3.543.954	12.332.602	11.915.788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3. Demonstrações de Resultados

REDE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	9M15	9M14	9M15	9M14
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia elétrica	-	-	7.858.396	3.491.352
Suprimento de energia elétrica	-	-	245.839	120.456
Disponibilidade do sistema elétrico	-	-	246.687	(8.676)
Venda de energia a consumidores livres	-	-	-	66.880
Receita de construção	-	-	681.725	171.498
Serviços especializados	-	-	1.503	11.023
Outras receitas	-	-	278.262	413.778
	-	-	9.312.412	4.266.311
Deduções à receita operacional				
ICMS faturado	-	-	1.600.687	748.888
PIS, Cofins e ISS	-	-	769.005	362.520
Taxas de fiscalização	-	-	6.649	-
Encargos setoriais - Bandeiras tarifárias	-	-	558.043	-
Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)	-	-	924.448	85.642
	-	-	3.858.832	1.197.050
	-	-	5.453.580	3.069.261
Receita operacional líquida				
Despesas (receitas) operacionais				
Pessoal (inclui fundo de pensão)	58	266	327.207	235.557
Material	-	-	68.067	35.425
Serviços de terceiros	4.003	26.673	393.287	350.325
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	2.771.309	1.529.510
Transporte de potência elétrica	-	-	377.051	131.711
Depreciação e amortização (inclui ágio)	-	-	401.037	148.843
Provisão para contingências / devedores duvidosos	-	-	(64.289)	(55.208)
Custo de construção	-	-	681.725	171.498
Outras despesas / receitas	(261.022)	(2.585)	(37.764)	125.256
	(256.961)	24.354	4.917.630	2.672.917
	256.961	(24.354)	535.950	396.344
Resultado antes das receitas e despesas financeiras				
Receita (despesa) financeira				
Receitas de aplicações financeiras	2.252	1.967	85.569	50.925
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	81.094	73.444	81.359
Descontos créditos opção C	-	1.348.654	-	1.874.976
Reversão de provisão de ajustes a valor presente credores opção C	-	(750.000)	-	(777.256)
Provisão de ajustes a valor presente credores opção A e B	-	406.583	-	493.680
Provisão de recomposição de saldos de recuperação judicial	-	-	-	3.629
Ajuste a valor justo dos investimentos avaliados a custo	-	545.462	-	733.115
Variação cambial	-	-	30.169	81.094
Atualização contas a receber da concessão (VNR)	-	-	134.462	5.909
Outras receitas financeiras	15.792	99.451	185.565	263.033
Encargos de dívidas - juros	(3.153)	(12.967)	(225.611)	(140.199)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	-	(15.705)	(315.498)	(87.789)
(-) Transferência para obras em curso	-	-	4.653	2.897
Ajuste valor presente	-	-	934	(1.115)
Atualização de mútuo	(70.684)	(112.941)	-	(200.926)
Marcação a mercado das dívidas	-	-	21.029	-
Marcação a mercado de derivativos	(2.570)	(23.536)	(45.156)	(23.536)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	173.493	-
Outras despesas financeiras	(10.990)	(68.288)	(375.862)	(143.075)
	(69.353)	1.499.774	(252.809)	2.216.721
	111.387	813.942	-	-
Resultado de equivalência patrimonial				
Resultado antes dos impostos	298.995	2.289.362	283.141	2.613.065
Contribuição social e imposto de renda	(1.372)	(295.641)	26.885	(573.558)
Resultado das operações descontinuadas	(16.206)	(116.385)	(16.206)	(116.385)
Lucro líquido do período	281.417	1.877.336	293.820	1.923.122
Atribuído a sócios da empresa controladora	-	-	281.417	1.877.336
Atribuído a sócios não controladores	-	-	12.403	45.786
Lucro líquido por ação do capital social - R\$	0,16	1,09		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa

REDE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	9M15	9M14	9M15	9M14
Caixa Líquido Atividades Operacionais	(60.599)	(306.466)	356.567	150.879
Caixa Gerado nas Operações	(63.406)	(381.795)	704.218	834.202
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	298.995	2.289.362	283.141	2.613.065
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais	10.164	(317.500)	445.543	232.836
Resultado de equivalência patrimonial	(111.387)	(813.942)	-	-
Ganho (perda) na aquisição de ações	(255.300)	14.579	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	22.922	24.964
Provisões para riscos	-	-	(84.959)	(30.244)
Depreciação e amortização	-	-	401.037	148.843
Ganho de capital na Alienação de bens e do intangível	-	-	(255.300)	-
Atualização de mútuo	-	-	-	200.926
Descontos créditos opção C	-	(1.348.654)	-	(1.874.976)
Reversão de provisão de ajuste a valor presente opção C	-	750.000	-	777.256
Provisão de ajuste a valor presente credores opção A e B	-	(406.583)	-	(493.680)
Marcação a mercado de derivativos	-	-	45.156	23.536
Marcação a mercados de dívidas	-	-	(21.029)	-
Valor residual de ativo permanentes baixados	(5.878)	(3.595)	41.200	62.163
Instrumento Financeiros Derivativos	-	-	(173.493)	(987)
Lucro antes dos impostos das empresas descontinuadas	-	-	-	(116.385)
Ajuste a valor justo dos investimentos avaliados a custo	-	(545.462)	-	(733.115)
Variações nos Ativos e Passivos	2.807	75.329	(347.651)	(683.323)
(Aumento) de consumidores e concessionárias	-	-	(272.471)	(125.693)
Diminuição de títulos e créditos a receber	-	-	1.835	320.254
(Aumento) de estoques	-	-	(1.995)	(4.202)
Diminuição (aumento) de tributos a recuperar	1.620	16.544	41.826	(157.741)
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-	(121)	(17.074)	(45.753)
Ativos regulatórios	-	-	(115.340)	-
Diminuição (aumento) de outros créditos a receber	2.082	1.609	(139.755)	109.084
(Diminuição) aumento de fornecedores	(10)	12	45.875	(879.121)
(Diminuição) aumento de folha de pagamento	(88)	30	(2.493)	12.746
(Diminuição) aumento de tributos e contribuições sociais	(684)	6.282	(54.905)	212
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	59.680	(27.086)	-
(Diminuição) de parcelamento de impostos	-	-	-	(194.116)
Aumento de obrigações estimadas	-	-	49.802	61.971
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar	(113)	(8.707)	271.476	162.937
(Diminuição) aumento de Incorporação de redes	-	-	(67.894)	56.099
Passivos regulatórios	-	-	(59.452)	-
Caixa Líquido Atividades de Investimento	333.416	(634.218)	188.453	(578.739)
Aumento de capital em controladas	(17.000)	(662.038)	-	-
Aplicações financeiras e recursos vinculados	(1.754)	(3.646)	622.354	(542.671)
Dividendos recebidos de controladas	170.679	27.871	-	-
Alienação dos ativos de geração	175.613	-	175.613	-
Alienação de bens do imobilizado e intangível	5.878	3.595	11.071	5.622
Caixa equivalente de caixa adquirido em 11/04/2014	-	-	-	80.093
Aplicação no intangível e imobilizado	-	-	(620.585)	(178.714)
Recebimento de dividendos	-	-	-	56.931
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(276.663)	951.311	(698.014)	847.071
Recursos destinados para aumento de capital	-	-	-	-
Operações de mútuos com partes relacionadas -líquido	(272.208)	101.666	-	-
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	611.918	1.485.571
Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	-	(33.683)	(306.754)	(1.784.645)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-	-	9.124	(3.088)
Aumento de capital com subscrição de ações	-	883.328	-	901.813
Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	(4.455)	-	(201.805)	-
Operações de mútuos com partes relacionadas -líquido	-	-	(441.487)	247.420
Parcelamento de Fornecedores	-	-	(37.214)	-
Parcelamento de impostos	-	-	(10.246)	-
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	(321.550)	-
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(3.846)	10.627	(152.994)	419.211
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.072	3.907	356.595	52.358
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.226	14.534	203.601	471.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Rede Energia S.A.
Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de Setembro de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1 Contexto operacional

A Rede Energia S.A - Em Recuperação Judicial (“Rede Energia” ou “Companhia”), é Companhia Aberta registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários em 16 de outubro de 1969, com ações negociadas na Bm&fbovespa S/A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O objetivo social da Companhia é a participação no capital de outras empresas, tendo como base a atividade de distribuição e geração de energia elétrica, bem como outras atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou a ele relacionadas.

As controladas possuem obrigações regulatórias conforme consta nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica e nas autorizações concedida as empresas de distribuição, geração e comercialização, conforme segue:

Distribuição de energia elétrica:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Os contratos de concessão (distribuição e geração) contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço. Os prazos de concessão são conforme segue:

Empresas	Data do Contrato	Prazo de Concessão	Término da Concessão
EMT	10/12/1997	30 anos	10/12/2027
ETO	28/06/1999	20 anos	30/01/2020
EMS	04/12/1997	30 anos	04/12/2027
CNEE	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
CAIUÁ	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
EDEVP	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
EBB	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
CFLO	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015

(*) Contados a partir de 7 de julho de 1995.

Renovação de concessões:

Em 07 de julho de 2015, venceram os Contratos de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica das controladas: Caiuá Distribuição de Energia S/A, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema, Empresa Elétrica Bragantina e Companhia Força e Luz do Oeste.

Em atendimento ao prazo disposto nos referidos Contratos, as controladas requereram, em junho de 2012, a prorrogação de suas Concessões. O pedido foi reiterado em outubro de 2012 nos termos do § 2º do artigo 2º do Decreto nº 7.805/2012.

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que tratou, dentre outras, da renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017, estabelecendo que as referidas concessões poderão ser prorrogadas pelo prazo de até 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

Em 02 de junho de 2015, foi editado Decreto nº 8.461/2015, publicado no Diário Oficial em 03 de junho de 2015, regulamentando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica e decretando que o Ministério de Minas e Energia ("MME") poderá prorrogar as concessões, por trinta anos, devendo ser atendidos os seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

Ainda nos termos do Decreto nº 8.461/2015, a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa pela concessionária das condições estabelecidas no contrato de concessão ou em seu termo aditivo.

Em 10 de junho de 2015, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 038/2015, com objetivo de obter subsídios para o aprimoramento do modelo de termo aditivo ao contrato de concessão para a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, com período para envio de contribuição até 13 de julho de 2015.

Diante disso, após longas discussões no âmbito do processo de monitoramento que tramitou no Tribunal de Contas da União - TCU, o plenário do próprio Tribunal decidiu por autorizar que o Poder Concedente prorrogasse todas as Concessões vencidas em 2015 sugerindo, por fim, algumas alterações na minuta do Termo Aditivo proposto pela ANEEL.

Ato contínuo, a Agência Reguladora, em reunião Pública da Diretoria ocorrida no dia 20 de outubro de 2015, aprovou a minuta do Aditivo ao Contrato de Concessão e a encaminhou ao MME com a recomendação pela prorrogação.

Por fim, com a conclusão dos processos, foram publicadas Portarias por meio das quais o MME defere os pedidos de prorrogação dos Contratos de Concessão, convocando os representantes legais das Distribuidoras para a assinatura dos respectivos Termos Aditivos, que ocorrerá em 03 de dezembro de 2015.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos regulatórios, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão e receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas nº 12, 13, 17 e 30, respectivamente.

Geração de energia elétrica:

A controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 3 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da controlada EMT considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

Os ativos de geração de energia representam 0,25% de todo ativo financeiro e intangível da concessão da controlada EMT.

Comercialização de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica anteriormente era realizada pela controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia - em Recuperação Judicial, desde 27 de novembro de 2012, teve sua autorização revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, datada de 20 de novembro de 2012 ("Resolução Autorizativa nº 3.759"), expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Serviços:

A Rede Energia, através de sua controlada Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação da Rede de Eletricidade e Serviços S.A.), presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, serviços de call center e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.

Intervenção Administrativa - ANEEL

Em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL decretou a intervenção administrativa nas controladas: Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (nova razão social das Centrais Elétricas Matogrossenses S/A - Cemat); Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (nova razão social da Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins - Celtins); Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (nova razão social da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A - Enersul); Companhia de Força e Luz do Oeste ("CFLO"), Caiuá Distribuição de Energia S.A. ("Caiuá"), Empresa Elétrica Bragantina S.A. ("EEB"), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. ("EDEV") e Companhia Nacional de Energia Elétrica ("CNEE").

A intervenção foi decretada pelo prazo de 01 (um) ano, tendo sido prorrogada em 20 de agosto de 2013, por mais 2 (dois) anos.

Em razão de seu significativo endividamento financeiro à época, a Companhia ingressou com pedido de recuperação judicial, junto com outras empresas do Grupo Rede, o qual foi deferido em 19 de dezembro de 2012. Em 11 de julho de 2013, foi firmado entre a Energisa S.A. ("Energisa") e o então acionista controlador do Grupo Rede um Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Compromisso"), que, mediante o cumprimento de algumas condições precedentes previstas, previa a aquisição do controle acionário das sociedades do Grupo Rede, em consonância com o Plano de Recuperação Judicial votado na Assembleia Geral de Credores, realizada em São Paulo, 5 de julho de 2013.

Transferência de controle acionário:

Em 11 de abril de 2014, após terem sido cumpridas ou dispensadas as condições precedentes do Compromisso, Rede Energia, Energisa Mato Grosso (“EMT”) e Energisa Mato Grosso do Sul (“EMS”), juntamente com a Energisa e demais Companhias, em observância à Instrução CVM nº 358/02 e alterações posteriores, informaram aos respectivos acionistas e ao mercado em geral que foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa.

Naquela data ocorreram as Assembleias Gerais da Companhia Força e Luz do Oeste; Empresa Elétrica Bragantina S.A.; Companhia Nacional de Energia Elétrica; Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.; Caiuá - Distribuição de Energia S.A.; e Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A, concessionárias que foram objeto de intervenção administrativa da Agência Nacional de Energia Elétrica. As referidas Assembleias tiveram como ordem a eleição dos membros da administração indicados pela Energisa, na qualidade de nova controladora indireta das concessionárias de distribuição do Grupo Rede. Da mesma forma, no dia 14 de abril de 2014, ocorreram as assembleias gerais para eleição dos membros da administração indicados pela Energisa na Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A e na Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”), Companhias essas que também foram objeto de intervenção administrativa.

A aquisição ocorreu através da formalização da transferência para Energisa de 90,91% do capital da JQMJ, 65,68% do capital da BBPM, 20,11% do capital da Denerge, e 0,03% do capital da Rede Energia, empresas holdings, e pelo pagamento do preço de aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), além dos aportes de capital realizados pela Energisa nas companhias JQMJ Participações S.A (“JQMJ”), BBPM Participações S.A (“BBPM”), Denerge e Rede Energia no valor total de R\$1.295.356, sendo todas as condições suspensivas estabelecidas no Compromisso foram satisfeitas e/ou dispensadas.

Etapas da transferência do controle acionário do Grupo Rede para Energisa S/A.

1.1. Plano de Recuperação ANEEL

Nos termos do art. 12 da Medida Provisória n.º 577, de 29 de agosto de 2012, vigente à época e posteriormente convertida na Lei n.º 12.767/12, os acionistas das companhias em intervenção, deveriam apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da intervenção, plano de recuperação que vise solucionar as razões que a ensejaram.

Em cumprimento às disposições da Medida Provisória n.º 577/12 mencionadas acima, a Rede Energia, na qualidade de acionista controladora das Companhias sob intervenção, aprovou, durante o mês de outubro de 2012, em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em cada uma das companhias sob intervenção, bem como em Assembleia Geral Extraordinária da própria companhia, os respectivos planos de recuperação requeridos pela ANEEL.

Os referidos planos de recuperação, de todas as Companhias sob intervenção, foram devidamente apresentados à ANEEL e foram atualizados posteriormente, de acordo com a evolução das negociações para eventual alienação do controle societário da Companhia, e do grupo, conforme divulgado ao mercado.

Em 01 de outubro de 2013, a Rede Energia apresentou à ANEEL, um novo plano de recuperação para análise e aprovação da agência reguladora. Esse plano estava vinculado à transferência de controle acionário para a Energisa S.A. nos termos do Compromisso.

Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou através do despacho n.º 4.463/2013 o plano de recuperação das concessionárias sob intervenção apresentado pelo Grupo Rede que foi detalhado e atualizado pelo Grupo Energisa.

Em 28 de janeiro de 2014, através da Resolução Autorizativa nº 4.510, a ANEEL anuiu a transferência do controle societário para a Energisa S.A. Em 08 de abril de 2014 a ANEEL decretou o fim da intervenção nas concessionárias e em 11 de abril de 2014 foi divulgado fato relevante informando que nesta data foi formalizada a transferência do controle societário à Energisa S.A.

1.2. Recuperação Judicial - Companhia

Em 26 de novembro de 2012, a Companhia publicou fato relevante pelo qual informa que ajuizou, na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05. O pedido de recuperação judicial foi ajuizado de forma conjunta com as sociedades Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S.A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S.A. (“Denerge”), sociedades relacionadas à Companhia.

A despeito dos esforços da administração junto a credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia, da CTCE, da QMRA, da EEVP e da Denerge. A medida visava a proteger o valor dos ativos dessas sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades, em especial no que se refere à gestão pela Companhia de participações majoritárias em diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica, naquele momento sob intervenção governamental.

O pedido de recuperação judicial da Companhia foi distribuído sob nº 0067341-20.2012.8.26.0100, perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo - SP.

Em 09 de setembro de 2013, a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais proferiu a decisão em 1ª instância homologando o Plano de Recuperação Judicial votado em assembleia geral de credores, e concedendo a recuperação judicial das recuperandas, entre elas a Companhia. Esta decisão foi objeto de embargos de declaração opostos pelas próprias recuperandas, os quais foram acolhidos para constar que o plano de recuperação, na realidade, havia sido homologado via Cram down (artigo 58, § 1º, da Lei 11.101/2005), e não pela via ordinária (artigo 58, caput, da Lei 11.101/2005). Esta última decisão foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 20/11/2013 e foi objeto de recurso por parte de credores estrangeiros que, o qual foi distribuído perante a 2ª Câmara Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Após a homologação do plano, portanto, ficaram pendentes de julgamento dois recursos interpostos por credores estrangeiros que poderiam impactar diretamente no plano de recuperação judicial: um contra a homologação do plano de recuperação judicial, e outro para discutir a possibilidade de ajuizamento da recuperação por várias empresas do mesmo grupo (há outros recursos, no entanto, envolvem questões periféricas da recuperação judicial).

No dia 27 de agosto de 2014, foi proferida, em processo auxiliar perante a Corte do Estado de Nova Iorque (Chapter 15), decisão reconhecendo a validade do plano de recuperação naquele território, sendo que em 09/09/2014 foi proferida a ordem que permitiu a operacionalização de pagamentos credores estrangeiros, na forma prevista no Plano de Recuperação. Este pagamento já foi realizado, de modo que o Plano de Recuperação Judicial vem sendo estritamente cumprido.

Em 10 de abril de 2015, houve o julgamento perante a 2ª Câmara de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, no qual, por maioria de votos, os recursos dos credores estrangeiros não foram conhecidos. Ficaram prejudicadas, portanto, todas as pretensões de tais credores recorrentes.

De toda forma, atualmente ainda está pendente uma decisão final e transitada em julgado nos recursos em questão, o que dependerá do julgamento de novos recursos por parte dos credores estrangeiros, endereçados aos tribunais superiores (Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal).

Em 18 de novembro de 2015, a concessão da recuperação judicial ao Grupo Rede completará 2 (dois) anos e, nesse contexto, há perspectiva de encerramento do processo de recuperação judicial. A decisão que decreta o encerramento do processo de recuperação judicial é passível de recursos por eventuais interessados.

1.3. Compromisso de investimento compra e venda de ações e outras avenças

Em 11 de julho de 2013, a Companhia divulgou fato relevante, informando que foi celebrado, naquela data, Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre Energisa e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, pelo qual este último, mediante a verificação de determinadas condições precedentes, comprometeu-se a transferir à Energisa a totalidade de suas ações de emissão da Companhia e das sociedades J.Q.M.J. Participações S.A. (“JQMJ”), BBPM Participações S.A. (“BBPM”), Denerge e EEVP, participações societárias essas que confeririam à Energisa o controle indireto da Companhia e, por consequência, das demais sociedades por ela controladas, inclusive das distribuidoras de energia elétrica então sob intervenção da ANEEL, a saber: EMS, EMT, ETO, Caiuá - Distribuição de Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Companhia

Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. e Companhia Força e Luz do Oeste. Em contrapartida, a Energisa se comprometia, entre outras obrigações, e uma vez verificadas as condições precedentes aplicáveis, a realizar aportes de novos recursos na Companhia, de forma a cumprir o plano de recuperação das distribuidoras de energia elétrica sob intervenção, apresentado à ANEEL.

A operação objeto do Compromisso foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em 16 de outubro 2013, sem restrições, e pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 4.510 de 28 de janeiro de 2014.

Nos termos do artigo 4º da Resolução Autorizativa nº 4.510/2014 da ANEEL, datada de 28 de janeiro de 2014, a comprovação da transferência do controle acionário indireto encerrou a intervenção administrativa das concessionárias de distribuição de energia elétrica nas empresas, conforme Resolução Autorizativa nº 4.622, publicada pela ANEEL em 10 de abril de 2014.

Atualmente, todas as disposições dos planos de recuperação apresentados perante a ANEEL vêm sendo estritamente cumpridas e, no momento, aguarda-se apenas o encerramento do processo de recuperação judicial.

1.4. Plano de recuperação judicial - pagamento credores

O Plano de Recuperação Judicial foi homologado em 09 de setembro de 2013, na 2ª Vara de Falência e Recuperações para as empresas Rede Energia, CTCE, EEVP, Denerge e QMRA, que veio permitir as empresas superar sua crise econômico-financeira, levantar a intervenção nas concessionárias de distribuição de energia elétrica (EMT, EMS, ETO, CFLO, CNEE, EEB, EDEVP e CAIUÁ), preservar os direitos dos credores, estabelecer a fonte de recursos, condições e cronogramas de pagamentos objetivando viabilizar a manutenção das atividades da distribuição e geração de energia, preservando às concessões outorgadas.

Como já evidenciado nos itens acima a Energisa cumpriu as etapas determinadas no Plano de Recuperação como segue:

Aportes de capital

A controladora Energisa já aportou nas empresas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia, cerca de R\$1.295.356, posteriormente transferidos às demais subsidiárias a título de adiantamento para futuro aumento de capital, passando a Energisa deter diretamente 99,95% do capital da JQMJ, 89,57% do capital da BBPM, 49,28% do capital da Denerge, e 14,95% do capital da Rede Energia.

Pagamento dos Credores

Os credores quirografários por obrigação principal puderam escolher até o dia 18 de novembro de 2013, entre a Opção A, Opção B e Opção C para recebimento de seus créditos, aplicável sobre a totalidade dos créditos detidos pelo mesmo, sendo definido que:

- Os *Bondholders* terão seus créditos reestruturados e pagos de acordo com o Plano de Recuperação, de acordo com a Opção C, escolhida pela maioria dos *Bondholders*.
- Credores da Opção A - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (ii) juros de 1% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (iii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos de juros foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.
- Credores Quirografários Opção B - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (ii) juros de 1% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (iii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos; (iv) correção monetária anual, calculada pelo IPCA, incidente sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação, paga numa parcela única ao final do prazo de 22 anos; (v) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.

- Credores com Garantia Real Opção B - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (i) juros de 4% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (ii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos; (iii) correção anual, calculada pela TR, incidente sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação, paga numa parcela única ao final do prazo de 22 anos; (iv) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.
- Credores Opção C - credores que optaram por ceder até a totalidade de seus créditos - créditos cedidos pelos credores com garantia real ou pelos credores quirografários por obrigação principal para a Energisa, receberam o valor correspondente a 25% do valor dos respectivos créditos. O valor pago pela Cessão de Crédito não estava sujeito à atualização monetária.

Os créditos cedidos pelos credores referentes à Opção C serão pagos pela Rede Energia e CTCE à Energisa de acordo com as seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total do crédito não reestruturado a ser pago em parcela única em até 1 ano da data do pagamento da cessão, prorrogado pelo prazo de 10 (dez) anos o vencimento; (ii) o valor remanescente correspondente a 75% será pago ao fim do prazo de 22 anos em parcela única com juros capitalizados de 0,5% a.a incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Os pagamentos relativos às cessões foram realizados pela Energisa a partir de 14 de abril, 1º dia útil após a data em que a controladora Energisa assumiu o controle acionário das empresas.

Independente da opção escolhida, Credores Com Garantia Real e Credores Quirografários receberam, cada um, antes da incidência de deságio, R\$10.

Os créditos Quirografários decorrentes de multa foram pagos observados os seguintes parâmetros: (i) aplicação de redutor de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o valor da multa, sendo que tal redutor se justifica em razão da classificação em caso de falência; (ii) pagamento ou de outra forma satisfação do crédito efetivada no termo inicial de cumprimento do plano (60º dia a contar da data de homologação do plano de recuperação judicial); (iii) eventual opção por concordar com a redução de seus créditos em, no mínimo, 2/3 (dois terços) do valor das respectivas multas, de modo que foram pagos de acordo com as disposições relativas ao pagamento dos Credores Quirografários por Obrigação Principal da Opção C, aplicando-se a fórmula ao crédito a título de multa após redutor de 2/3 (dois terços); (iv) para o caso de multa fixada em sentença judicial ou arbitral transitada em julgado antes da aprovação do plano, o valor será considerado, para todos os fins, como quirografário, de modo que o pagamento ocorrerá de acordo com as disposições relativas ao pagamento dos Credores Quirografários por Obrigação Principal da Opção C; e (v) o pagamento de multas fica limitado ao valor agregado de R\$65.000.

Em decorrência da aquisição do Grupo Rede pela Energisa e conforme Plano de Recuperação Judicial, abaixo síntese dos efeitos remanescentes das dívidas habilitadas pelas recuperandas (Rede Energia e CTCE) e da controlada Tangará, que assumiu as obrigações da recuperanda QMRA, conforme segue:

Descrição	Rede Energia	Tangará	CTCE	Total
Créditos adquiridos pela Energisa contra recuperandas	1.743.157	-	573.349	2.316.506
Valor pago/a pagar pelos créditos adquiridos (25%) (2)	429.200	-	65.792	494.992
Valores a pagar pelas recuperandas a credores que optaram por receber ao final de 22 anos com juros de 1%	456.182	102.410	97.754	656.346
Valores a pagar pelas recuperandas a credores com valores <10 mil	-	-	50	50
Valores a pagar pelas recuperandas a credores - multa 95%	-	-	62.574	62.574
Passivo Assumido no âmbito do Plano de Recuperação Judicial	<u>885.382</u>	<u>102.410</u>	<u>226.170</u>	<u>1.213.962</u>
Atualização (1)	82.065	17.884	28.669	128.618
Ajuste a valor presente (1) e (3)	(406.583)	-	(87.097)	(493.680)
Descontos (1)	-	-	(59.444)	(59.444)
Liquidação/Cessão de Créditos (4)	(432.357)	(120.294)	(69.362)	(622.013)
Total em 31 de dezembro de 2014 - Passivo Não Circulante (Empréstimos, Financiamentos e Fornecedores)	128.507	-	38.936	167.443
Movimentação 1º trimestre				
Atualização (1)	837	-	425	1.262
Ajuste a valor presente (1) e (3)	1.204	-	1.011	2.215
Movimentação 2º trimestre				
Atualização (1)	2.684	-	868	3.552
Ajuste a valor presente (1) e (3)	1.283	-	579	1.862
Movimentação 3º trimestre				
Atualização (1)	2.582	-	3.067	5.649
Ajuste a valor presente (1) e (3)	2.047	-	(1.184)	863
Liquidação/Cessão de Créditos (4)	(4.561)	-	(3.205)	(7.766)
Total em 30 de setembro de 2015 - Passivo Não Circulante (Empréstimos, Financiamentos e Fornecedores)	134.583	-	40.497	175.080

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do período/exercício da controladora e consolidados.

(2) Aquisição de créditos realizados pela Energisa S.A os quais serão ressarcidos pela Companhia acrescido de juros de 12% ao ano.

(3) Ajustes a Valor Presente:

Refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital.

(4) Os pagamentos aos credores previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014, tendo já sido liquidados diretamente pela Companhia cerca de R\$34.547 (R\$26.781 até 31 de dezembro de 2014) e pela Energisa de R\$494.992 (R\$494.992 até 31 de dezembro de 2014). Em setembro de 2014, a dívida da controlada Tangará (geradora alienada em maio de 2015) com Banco Itaú BBA, no montante de R\$119.579, foi liquidada.

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 13 de novembro de 2015 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro

de 2014 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014”), publicadas na imprensa oficial em 31 de março de 2015, exceto quanto à adoção da contabilidade de hedge “Hedge Accounting” que possui efeito prospectivo do impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. As seguintes práticas contábeis foram adicionadas às aquelas já publicadas:

a. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia e suas controladas documentam se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 34 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

“Hedge” de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge accounting” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas cancelam a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação às aquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

4 Informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) consolidadas

As informações financeiras intermediárias incluem as informações financeiras da Rede Energia e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação
		30/09/2015 e 31/12/2014
Subsidiárias distribuidoras de energia elétrica (*):		
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	Distribuição	91,45
Companhia Nacional de Energia Elétrica	Distribuição	98,69
Companhia Força e Luz do Oeste	Distribuição	97,7
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	71,42
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	57,67
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	63,11
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Distribuição	100
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	Distribuição	100
Demais empresas:		
Companhia Técnica de Comercialização de Energia - em Recuperação Judicial	Comerc. Energia	99,91
Rede Power do Brasil S.A.	Holding	99,98
QMRA Participações S.A. - em Recuperação Judicial	Holding	100
Multi Energisa Serviços S/A (atual denominação social de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	Serviços	99,5
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	Agrícola	100
Companhia Geral	Serviços	63,97
Participação indireta (*):		
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	36,83

(*) Controladas incluídas no balanço consolidado a partir de 11 de abril de 2014.

5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual demonstrações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

Informações sobre segmentos

Período findo em 30/09/2015 e 30/09/2014					
	Distribuição (*)	Comercialização	Serviços	30/09/2015	30/09/2014
Receitas Externas	5.452.696	-	884	5.453.580	3.069.261
Receitas Intersegmentos	-	-	19.539	19.539	55.870
Total	5.452.696	-	20.423	5.473.119	3.125.131
Receitas Financeiras	488.189	6.847	23.940	518.976	2.873.496
Despesas Financeiras	(669.471)	(9.443)	(92.871)	(771.785)	(656.775)
Total	(181.282)	(2.596)	(68.931)	(252.809)	2.216.721
Depreciação e amortização	399.823	5	1.209	401.037	148.843
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	93.892	(3.151)	192.400	283.141	2.613.065

(*) Resultados apurados a partir de 11 de abril de 2014.

	Distribuição	Comercialização	Serviços	30/09/2015	31/12/2014
Ativos dos segmentos divulgáveis	11.912.204	111.566	441.682	12.465.452	11.997.219
Ativo circulante	3.189.482	3.918	55.153	3.248.553	3.503.377
Ativo não circulante	8.722.722	107.648	386.529	9.216.899	8.493.842
Passivos dos segmentos divulgáveis	7.603.063	269.660	1.344.334	9.217.057	9.032.393
Passivo circulante	2.590.696	5.608	13.359	2.609.663	2.400.258
Passivo não circulante	5.012.367	264.052	1.330.975	6.607.394	6.632.135

Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento.

	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
Receita				
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	1.856.495	5.473.119	1.726.088	3.125.131
Eliminação de receitas intersegmentos	(5.990)	(19.539)	(52.086)	(55.870)
Receita líquida consolidada	1.850.505	5.453.580	1.674.002	3.069.261
Depreciação e amortização				
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	116.154	401.037	75.983	148.843
Depreciação e amortização consolidada	116.154	401.037	75.983	148.843
Receita financeira				
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	145.014	518.976	1.189.003	2.873.496
Eliminação de receitas intersegmentos	(3.188)	(9.767)	(63.032)	(63.032)
Receita financeira consolidada	141.826	509.209	1.125.971	2.810.464
Despesa financeira				
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(251.015)	(771.785)	(350.550)	(656.775)
Eliminação de receitas intersegmentos	3.188	9.767	63.032	63.032
Despesa financeira consolidada	(247.827)	(762.018)	(287.518)	(593.743)
Lucros				
Totais de lucros dos segmentos reportáveis	(26.034)	283.141	986.982	2.613.065
Lucro antes dos impostos	(26.034)	283.141	986.982	2.613.065

	30/09/2015	31/12/2014
Ativo		
Ativo total dos segmentos reportáveis	12.465.452	11.997.219
Outros valores não alocados	(132.843)	(81.431)
Total Ativo consolidado	12.332.609	11.915.788
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	9.217.057	9.032.393
Outros valores não alocados	(132.843)	(81.431)
Total passivo consolidado	9.084.214	8.950.962

6 Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Bradesco	CDB Automático	30/12/2015	20% do CDI	-	-	2.295	4.961
CEF	CDB	30/12/2016 a 22/08/2019	100,5% do CDI	-	-	117.572	81.753
CEF	Compromissada	30/12/2016 a 29/12/2017	101,5% do CDI	-	-	-	102.554
Itaú	CDB Automático	31/12/2015	20% do CDI	-	-	1.643	7.044
Santander	Debêntures (2)	31/12/2015	103,20% do CDI	-	3.744	939	77.603
				-	3.744	122.449	273.915
Caixa e bancos				1.226	1.328	81.152	82.680
Total caixa e equivalente de caixa				1.226	5.072	203.601	356.595

b) Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Bradesco	CDB	20/03/2017	70% a 95,0% do CDI	-	-	251	1.392
Bradesco	Fundo de Investimento	-	102,12% do CDI	-	-	81.858	36.544
Banco do Brasil	CDB	08/03/2016 a 09/08/2019	95,0% a 100,0% do CDI	-	-	1.654	25.005
BB Amplo	Fundo de Investimento	-	102,81% do CDI	-	-	-	136.769
BVA	CDB	31/05/2016	103,2% do CDI	-	-	4	4
CEF	CDB	18/01/2018 a 04/09/2019	100,0% a 100,5% do CDI	-	-	4.018	17.486
CEF	Deposito caução c/c	-	-	-	-	10	10
Itaú	Fundo de Investimento	-	100% do CDI	-	-	38.557	38.479
Itaú	CDB	21/10/2015 a 13/04/2016	90,0% a 100% do CDI	-	-	1.016	936
Itaú	Debêntures (2)	02/03/2016 a 30/09/2016	75,00% a 101,0% do CDI	-	-	10	49
Itaú Corp Plus	Fundo de Investimento	-	101,44% do CDI	57	51	57	51
Itaú TOP DI	Fundo de Investimento	-	100,84% do CDI	-	-	6.411	2.801
Modal	CCB	29/04/2016	264,52% do CDI	-	-	-	37.484
Safra	CDB	31/12/2015	101,00% do CDI	-	-	-	17
Safra	CDB	22/06/2016	10,00% do CDI	-	-	18	8
Santander	Automático	30/03/2016	102,10% do CDI	-	-	9	8
Votorantin	CDB	-	90,0% do CDI	-	-	-	8
Itaú	Fundo de Investimento	-	66,37% do CDI	-	-	1.292	-
Caixa FI Energisa	Fundo de investimento	-	105,05% do CDI	4.000	-	47.931	92.592
FIM Zona da Mata (3)	Fundo de investimento	-	125,11% do CDI	-	-	253.673	583.911
				4.057	51	436.769	973.554
Total: aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - Circulante				4.057	51	436.769	973.554

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

7 Clientes - consolidado

Classes de Consumo	Consolidado							
	Saldos Vincendos (1)	Vencidos					Total	
		Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	30/09/2015	31/12/2014
Residencial	187.479	124.924	21.906	13.102	2.272	4.367	354.050	263.092
Industrial	109.128	21.341	2.910	3.600	3.697	12.504	153.180	106.223
Comercial	129.454	40.232	6.824	4.917	3.339	9.319	194.085	143.008
Rural	61.525	18.320	5.677	3.699	538	913	90.672	51.861
Poder público:								
Federal	7.399	4.038	1.057	88	435	63	13.080	10.831
Estadual	18.208	5.424	2.152	529	70	26	26.409	17.332
Municipal	18.919	8.528	1.973	1.888	340	9.751	41.399	26.630
Iluminação pública	13.685	9.504	1.260	431	145	15.290	40.315	25.344
Serviço público	23.267	2.711	3.384	3.942	3.505	82.013	118.822	102.226
Parcelamento de Energia - Faturas Novadas	126.464	6.556	6.539	5.079	17.331	93.214	255.183	248.834
Ajuste Valor Presente (AVP) (2)	(10.757)	-	-	-	-	-	(10.757)	(11.223)
Subtotal - clientes	684.771	241.578	53.682	37.275	31.672	227.460	1.276.438	984.158
Concessionárias (3)	22.778	-	-	-	-	2.708	25.486	64.223
Fornecimento não faturado	353.897	-	-	-	-	-	353.897	267.970
Redução de uso do sistema de distribuição (4)	12.201	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Outros	62.755	7.504	2.502	2.653	11.695	21.339	108.448	111.136
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(44.141)	-	(16.286)	(22.254)	(29.195)	(251.507)	(363.383)	(349.593)
Total	1.092.261	249.082	39.898	17.674	14.172	-	1.413.087	1.090.095
Circulante	-	-	-	-	-	-	1.300.799	967.691
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	112.288	122.404

(1) **Vencimentos:** são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) **Ajuste a Valor Presente:** Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor (antes dos tributos). Para o desconto a valor presente foi utilizado uma taxa de 11,36% a.a. (conforme Resolução Homologatória n.º 1.873 de 07 de abril de 2015), que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia elétrica, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL n.º 457 de 08/11/2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração das controladas entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

(3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de clientes no consolidado, em 30 de setembro de 2015, inclui os valores referentes à comercialização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$7.729 (R\$63.491 em 31 de dezembro de 2014), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de setembro de 2015. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$93.206 (R\$58.861 em 31 de dezembro de 2014) e R\$28.476 (R\$5.611 em 31 de dezembro de 2014) de encargos de serviços do sistema, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	30/09/2015	31/12/2014
Créditos a vencer	3.454	59.216
Créditos vinculados a liminares	4.275	4.275
	7.729	63.491
(-) Aquisições de energia na CCEE	(93.206)	(58.861)
(-) Encargos de serviços do sistema	(28.476)	(5.611)
	(113.953)	(981)

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

- (4) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL nº 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido para controlada EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da Companhia referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor em contrapartida de outros passivos no consolidado.

8 Títulos de créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Títulos de créditos a receber (a)	845	845	40.701	41.602
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (b)	-	-	50.258	50.258
Ajuste a valor presente	-	-	(22.632)	(22.632)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	-	-	(44.660)	(44.660)
	<u>845</u>	<u>845</u>	<u>23.667</u>	<u>24.568</u>
Circulante	845	845	7.309	8.210
Não circulante	-	-	16.358	16.358

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

- (a) Inclui valores devidos pelos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, referentes a faturas de energia elétrica pendentes de pagamento. Os referidos Municípios possuíam precatórios expedidos entre os anos de 2000 e 2001 e os cederam a controlada EMS, entre os anos de 2005 e 2006, para quitar as faturas. Até a presente data a controlada já recebeu 91% do valor devido. O saldo remanescente continuará a ser recebido conforme cronograma individual de pagamento de cada precatório. A Administração da controlada tem expectativa de que o saldo remanescente de R\$3.843 (R\$3.843 em 31 de dezembro de 2014) seja totalmente realizado.
- (b) Corresponde a Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) da controlada EMT, ajuizada contra o Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. Atualmente o processo está em 15º lugar na listagem de precatórios pendentes de pagamento por parte da Fazenda Pública Municipal de Cuiabá, sendo que os 11 precatórios precedentes já se encontram integralmente provisionados (informação não revisada pelos auditores independentes).

Em 30 de setembro de 2015, os vencimentos dos títulos de créditos são:

	Consolidado (*)
Títulos vencidos	44.660
2015	5.729
2016	5.383
2017	5.680
2018	4.826
Após 2018	2.049
Total	<u>68.327</u>

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

9 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	30/09/2015	31/12/2014
Saldos iniciais - 31/12/2014 e 31/12/2013	394.253	9.134
Saldos iniciais consolidados a partir de 11/04/2014	-	429.433
Provisão Constituída no período	22.922	-
Reversão constituída no período	(9.132)	(44.314)
Saldos - finais - 30/09/2015 e 31/12/2014	<u>408.043</u>	<u>394.253</u>
Clientes, consumidores e concessionárias.	363.383	349.593
Títulos de créditos a receber	44.660	44.660

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias e se baseiam nas instruções da ANEEL assim resumidas:

Clientes com débitos relevantes

- Análise individual do saldo a receber do consumidor, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Para os títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas, cuja perda não é considerada como incorrida.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

10 Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

Segue demonstrativo de dividendos a receber das controladas:

Controladas	Controladora	
	30/09/2015	31/12/2014
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	9.818
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	471	5.012
Empresa Elétrica Bragantina S/A	-	6.395
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	12.575
Companhia de Força e Luz do Oeste - CFLO	-	1.221
Multi Serviços Energisa S/A (atual denominação social de Rede Serviços S/A)	4.572	4.027
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	193	-
Rede Power S/A	-	2.924
Total - Circulante	5.236	41.972

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	140.485	117.883
Imposto de Renda Retido Fonte - IRRF	2.226	2.707	19.721	5.823
Imposto de Renda - IRPJ	16.129	17.267	116.691	97.869
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	2.523	2.523	28.650	28.435
PIS e COFINS	4.857	4.858	45.031	26.952
Outros	-	-	12.652	8.474
	25.735	27.355	363.230	285.436
Circulante	18.355	24.832	238.876	169.937
Não circulante	7.380	2.523	124.354	115.499

12 Revisão e reajuste tarifário periódico - consolidado

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores(%)	Vigência (início)
EMT	Resolução 1.873, de 07/04/2015	-0,38%	08/04/2015
ETO	Resolução 1.919, de 30/06/2015	5,88%	04/07/2015
EMS	Resolução 1.874 de 07/04/2015	3,22%	08/04/2015
CNEE	Resolução 1.889, de 05/05/2015	-3,62%	10/05/2015
CAIUÁ	Resolução 1.888, de 05/05/2015	1,85%	10/05/2015
EDEVP	Resolução 1.886, de 05/05/2015	-0,09%	10/05/2015
EEB	Resolução 1.887, de 05/05/2015	-0,23%	10/05/2015
CFLO	Resolução 1.907, de 23/06/2015	16,54%	29/06/2015

Reajuste tarifário extraordinário:

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. As controladas tiveram os seguintes efeitos médios:

Efeito médio da RTE por distribuidora

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EMT	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,80%	02/03/2015
ETO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	4,46%	02/03/2015
EMS	Resolução 1.858, de 27/02/2015	27,86%	02/03/2015
CNEE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	35,21%	02/03/2015
CAIUÁ	Resolução 1.858, de 27/02/2015	32,36%	02/03/2015
EDEVP	Resolução 1.858, de 27/02/2015	29,40%	02/03/2015
EEB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	38,49%	02/03/2015
CFLO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	31,88%	02/03/2015

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido;

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Está sendo divulgado nas contas de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

As bandeiras tarifárias são homologadas pela ANEEL, a cada ano civil, considerada a previsão das variações relativas aos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cabendo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE criar e manter a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Revisão tarifária:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: a cada quatro anos na ETO, Caiuá, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO e a cada cinco anos na EMT e EMS.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (Início)
CAIUÁ	Resolução 1.288, de 08/05/2012	7,60%	10/05/2012
EEB	Resolução 1.289, de 08/05/2012	0,74%	10/05/2012
CNEE	Resolução 1.286, de 08/05/2012	2,96%	10/05/2012
EDEVP	Resolução 1.287, de 08/05/2012	-2,72%	10/05/2012
CFLO	Resolução 1.314, de 26/06/2012	7,97%	29/06/2012
ETO	Resolução 1.320, de 03/07/2012	-1,61%	04/07/2012
EMT	Resolução 1.506, de 05/04/2013	0,95%	08/04/2013
EMS	Resolução 1.505, de 05/04/2013	-3,17%	08/04/2013

13 Ativos e passivos regulatórios - consolidados

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Ativos regulatórios	30/09/2015	31/12/2014
Itens da Parcela A (i)		
Conta Consumo de Combustível - CCC	3.877	2.613
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	127.300	3.664
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	7.584	8.557
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	18.191	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu Binacional	3.790	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	68.561	67.396
Energia elétrica comprada para revenda	551.763	459.084
Sobrecontratação de energia (ii)	6.175	41.996
Itens financeiros		
CUSD	241	-
Exposição de submercados	5.557	-
Outros itens financeiros	15.254	11.439
Neutralidade da Parcela A (iv)	5.310	-
Total Ativo Regulatório	813.603	594.749
Circulante	398.759	159.552
Não Circulante	414.844	435.197
Passivos regulatórios	30/09/2015	31/12/2014
Itens da Parcela A (i)		
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	61	-
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	164.751	220.133
Energia elétrica comprada para revenda	60.078	-
Sobrecontratação de energia (ii)	168.342	176.988
Itens financeiros		
CUSD	772	-
Outros itens financeiros	19.203	31.428
Neutralidade da Parcela A (iv)	8.979	-
Total Ativo Regulatório	422.186	428.549
Circulante	273.262	76.758
Não Circulante	148.924	351.791
Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios	391.417	166.200

Efeito na demonstração do resultado	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Receita operacional	81.931	174.792
Outras receitas financeiras	9.042	50.425
Total - resultado	90.973	225.217

(i) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA**

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) **Repasse de sobre contratação de energia (energia excedente)**

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

(iii) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS**

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços encilares, prestados pelos usuários.

(iv) **Neutralidade**

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

As controladas assinaram em 2014 junto a ANEEL, aditivos aos contratos de concessão com inclusão de cláusula específica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios como ativo ou passivo financeiro.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes deve ser efetuada a partir do exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva.

Desta forma os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços e no resultado financeiro.

14 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Baixa renda (1)	-	-	17.589	21.172
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	60.352	56.393
Ordens de desativação em curso	-	-	7.397	7.170
Ordens de serviços em curso e outros	-	-	23.287	13.419
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	2.524	2.450
Adiantamentos	94	109	21.358	13.932
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	-	-	273.393	167.915
Banco Daycoval (3)	-	-	176.791	176.791
Provisão p/ perdas Banco Daycoval (3)	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber -CELPA - em Recuperação Judicial (4)	2.848	2.926	36.215	31.856
ICMS - Aquisição de crédito de terceiros (5)	-	-	11.246	11.246
Sub-rogação do CCC (6)	-	-	37.299	42.857
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos (7)	-	12	18.641	13.540
Aquisição de combustível para conta CCC	-	-	30.763	12.663
Ativos mantidos para venda	-	-	-	4.597
Padrão de Energia	-	-	3.349	4.969
Despesas pagas antecipadamente	-	-	2.436	6.538
Crédito a receber Banco Pine	1.663	1.663	2.017	1.663
Reembolso CDE - bandeira tarifária	-	-	10.652	-
Outros	1.295	3.272	23.369	29.839
Total	5.900	7.982	581.887	442.219
Circulante	5.455	7.537	506.203	360.433
Não circulante	445	445	75.684	81.786

(1) Baixa renda - consolidado

	EMT	ETO	EMS	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	CAIUA	Total
Saldos consolidados em 31/12/2014	6.543	4.045	6.401	1.123	337	493	320	1.910	21.172
Subvenção baixa renda	23.428	16.459	21.789	2.939	1.148	623	1.436	2.905	70.727
Ressarcimento Eletrobrás	(24.439)	(16.311)	(23.684)	(3.382)	(1.082)	(686)	(1.414)	(3.312)	(74.310)
Saldos consolidados em 30/09/2015	<u>5.532</u>	<u>4.193</u>	<u>4.506</u>	<u>680</u>	<u>403</u>	<u>430</u>	<u>342</u>	<u>1.503</u>	<u>17.589</u>

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 KWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "outros créditos" no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização dos saldos.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário - consolidado

	EMT	ETO	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	CAIUÁ	EMS	Total
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	449.687	91.340	35.481	32.121	39.822	3.352	30.703	106.344	788.850
Ressarcimento pela Eletrobrás	(317.106)	(64.878)	(27.063)	(26.399)	(26.917)	(2.642)	(23.852)	(31.685)	(520.542)
Atualização monetária	3.196	218	286	180	208	18	162	817	5.085
Saldos consolidados em 30/09/2014	<u>135.777</u>	<u>26.680</u>	<u>8.704</u>	<u>5.902</u>	<u>13.113</u>	<u>728</u>	<u>7.013</u>	<u>75.476</u>	<u>273.393</u>

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas

aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

As controladas CNEE, CAIUÁ, EDEVP, EBB, CFLO e EMS desde 02/09/2015 possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a Eletrobrás. Desta forma, em outubro de 2015, foram compensados R\$44.967 referente a subvenção CDE e R\$3.470 referente subvenção baixa renda.

Em 30 de setembro de 2015, os saldos em aberto correspondem a subvenção incorrida nos meses de abril a setembro de 2015, cujo ressarcimento a administração das controladas espera receber da CDE no período de cinco a oito meses.

(3) Banco Daycoval

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. - "em Recuperação Judicial", em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, CAIUÁ e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT, CAIUÁ e EMS foi aditado após a aprovação, pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S.A. - "em Recuperação Judicial". Em 17 de dezembro de 2013 a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de uma Antecipação para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.

Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas EMT, CAIUÁ e EMS passaram depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Por este fato a Administração das controladas decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

(4) Créditos a receber CELPA

Crédito que as controladas EMT, EMS, Caiuá, ETO, CNEE, CFLO, EDEVP e Rede Serviços tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em "Recuperação Judicial", oriundo de transações entre partes relacionadas. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S.A., até onde se compensarem, que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S.A. e o restante será pago em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. As controladas mantêm ajuste a valor presente a receber dos créditos a receber.

(5) Crédito ICMS

Créditos de ICMS adquiridos de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) localizadas no estado de Mato Grosso. Os referidos créditos foram habilitados pela Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (PAC - Pedido de Habilitação de Crédito) e posteriormente compensados (RUC - Registro de Utilização de Crédito), ambos expedidos pelo sitio da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso. Posteriormente à habilitação do pedido e do registro, houve a notificação por parte do fisco estadual questionando o gerador sobre a validade do procedimento de habilitação do crédito. Solidariamente, a controlada EMT também foi notificada e diante disso suspendeu o aproveitamento do direito até a definição do recurso interposto pela geradora. O Ativo está vinculado a uma obrigação com o gerador que será exigida após a conclusão da ação.

(6) Sub-rogação CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

- Sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$40.310, acrescido de ajuste de R\$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R\$6.558, R\$10.649 em 2012, R\$6.765 em 2013, R\$8.069 em 2014 e R\$3.234 até 30 de setembro de 2015, totalizando R\$35.275;
- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foi recebido R\$1.215 em 2014 e R\$2.324 até 30 de setembro de 2015, totalizando R\$3.539.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

A controlada EMT tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					30/09/2015	31/12/2014
Sistema de Transmissão Juruena	em serviço	52.135	43.859	35.275	8.584	11.818
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	45.166	32.254	3.539	28.715	31.039
Total		97.301	76.113	38.814	37.299	42.857
Circulante (Principal)					10.692	12.386
Circulante (Variação IGP-M)					1.124	1.118
Total do Circulante					11.816	13.504
Não Circulante (Principal)					23.058	26.922
Não Circulante (Variação IGP-M)					2.425	2.431
Total do Não circulante					25.483	29.353

(7) Créditos com terceiros

Esses créditos com terceiros referem-se à valores a receber sobre a venda de bens e direitos alienados.

15 Transações com partes relacionadas

A Companhia detém o controle acionário direto nas empresas citadas na nota explicativa nº 4, sendo controlada diretamente pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (68,27%), Denerge (11,79%) e Energisa (15,02%).

A Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (68,27%) é controlada pela Denerge (99,99%). A Denerge é controlada pela Energisa (49,28%), BBPM (39,89%) e JQMJ (10,81%). A BBPM é controlada pela Energisa (89,61%) e JQMJ (10,38%). A Energisa controla a JQMJ (99,99%).

A Energisa S/A também possui controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Usina Mauricio.

Os saldos com partes relacionadas são apresentadas como segue:

Controladora:

	30/09/2015		31/12/2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Mútuos (1):				
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	94.582	-	86.882
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia -RJ	6.816	-	3.569	-
. Companhia Geral	46	-	-	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	28.986	-	26.372	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	-	2.491	18.892	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A - RJ	47.581	-	19.351	-
. QMRA Participações S/A	-	394	-	-
. QMRA Participações S/A - RJ	719	-	716	-
. BBPM Participações S/A	-	2.696	-	2.560
. JQMJ Participações S/A	-	919	-	820
. Energisa S/A (1)	191.558	-	-	7.560
. Energisa S/A - RJ (3)	-	530.710	-	474.541
. Empresa Elétrica Bragantina S/A	-	-	-	105.030
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A	15	-	41.497	-
. Multi Energisa Serviços S/A (atual denominação da Rede Eletricidade e Serviços S/A)	6.790	-	-	1.639
. Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A	-	1.788	-	19.806
. Acceptor Consultoria e Corretagem de seguros	-	1.133	-	1.011
. Rede Power do Brasil S/A	-	1.105	-	993
	282.511	635.818	110.397	700.842
Circulante	-	-	-	474.541
Não Circulante	282.511	635.818	110.397	226.301
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (2):				
. Companhia Geral	434	-	434	-
. QMRA Participações S/A	3.896	-	3.896	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	3.066	-	3.066	-
. Rede Power do Brasil S/A	157.610	-	157.610	-
. Caiuá Distribuidora de Energia S/A	22.590	-	22.590	-
	187.596	-	187.596	-
Total	470.107	635.818	297.993	700.842

(1) Os mútuos são remunerados com base em 100% do CDI com prazo de 24 meses, vencendo em 30/10/2016, nos termos de contratos de mútuo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

O contrato de mútuo firmado com a Energisa está sendo remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 1,0094% a.a.

(2) Refere-se a Adiantamento para futuro aumento de capital que não possui remuneração.

(3) Os créditos a receber da Rede Energia S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 (um) ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% (doze vírgula cinco por cento) ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 (vinte e dois) anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% (meio por cento) ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordado entre as partes a postergação pelo prazo de 10 (dez) anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do montante total da dívida, entretanto fica mantido o prazo de 22 (vinte e dois) anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% (meio por cento) ao ano, incidentes a partir da data de pagamento.

Transações efetuadas durante o período pela Companhia, referente a juros dos contratos de mútuos:

Empresas	Receitas /(-) Despesas financeiras
Empresa Elétrica Bragantina S/A	(2.779)
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A	1.274
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	(8.290)
QMRA Participações S/A	12
Rede Power S/A	(154)
Multi Energisa Serviços S/A (atual denominação social de Rede Eletricidade de Serviços S/A)	222
Acceptor Consul. E Corretagem de Seguros Ltda	(124)
JQMJ Participações S/A	(101)
BBPM Participações S/A	(313)
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	3.420
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A	2.010
Energisa S/A	(53.244)
30/09/2015	(58.067)
30/09/2014	(13.494)

Consolidado:

Saldos dos ativos:

		Rede Energia	CTCE	Rede Serviços	QMRA	30/09/2015	31/12/2014
Estado de Tocantins	créditos a receber (2)	93.702	-	-	-	93.702	106.328
Denerge	Mútuo (1)	76.567	-	10.463	-	87.030	74.140
Energisa	Mútuo (1)	191.558	-	-	62.025	253.583	-
EEVP	Mútuo (1)	15	9	4.886	-	4.910	45.976
		<u>361.842</u>	<u>9</u>	<u>15.349</u>	<u>62.025</u>	<u>439.225</u>	<u>226.444</u>

(1) Os mútuos são remunerados com base em 100% do CDI com prazo de 24 meses, vencendo em 30/10/2014, nos termos de contratos de mútuo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

O contrato de mútuo firmado com a Energisa está sendo remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 1,0094% a.a.

(2) Créditos a receber:

Refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

- Programa Reluz Tocantins

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semafórica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para eficientização energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24 de junho de 2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à ETO e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

- Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;
- Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da ETO e de titularidade do Governo do Estado;
- Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;

iv. O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A controlada ETO executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11/9/2013 e encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobrás.

Em 09 de julho de 2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da ETO, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R\$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante de R\$73.044, em 30 de setembro de 2015, considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010, 2011, 2014 e 2015, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a Companhia reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a Companhia, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29/09/2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos (dos exercícios de 2009, 2010 e 2011) e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à ETO nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da Companhia, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

· Convênio 028/2008 - convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29/2/2012. O valor a receber atualizado é de R\$20.658 (R\$18.283 em 31 de dezembro de 2014). Até o encerramento destas informações financeiras intermediárias, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

A Administração da Companhia espera receber os recursos de seu acionista em curto prazo.

Saldos dos passivos:

		Rede Energia	CTCE	QMRA	Rede Power	Rede Serviços	30/09/2015	31/12/2014
Acceptor	Mútuo	1.133	-	-	-	-	1.133	1.011
JQMJ	Mútuo	919	-	-	-	-	919	820
BBPM	Mútuo	2.696	3.827	105	11	374	7.013	6.335
Energisa S.A.	Mútuo	-	-	-	-	603	603	7.560
Energisa S.A. - RJ	Créditos adquiridos - RJ	530.710	79.095	17.419	-	-	627.224	546.793
Denerge	Mútuo	2.491	-	-	-	-	2.491	-
Rede Peixe	Mútuo	-	-	-	-	-	-	360
		537.949	82.922	17.524	11	977	639.383	562.879
Circulante		-	-	-	-	-	-	546.793
Não Circulante		537.949	82.922	17.524	11	977	639.383	16.086

Transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas, referente a juros dos contratos de mútuos:

Resultado do período:

Empresas		Receitas /(-) Despesas financeiras					30/09/2015	30/09/2014
		Rede Energia	QMRA	CTCE	Multi Energisa			
Energisa S.A	Mútuo	(53.244)	2.424	(6.681)	(13)	(57.514)	(7.394)	
Acceptor Consul. E Corretagem de Seguros Ltda	Mútuo	(124)	-	-	-	(124)	-	
Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S/A	Mútuo	2.010	-	-	427	2.437	2.368	
Denerge S/A	Mútuo	3.420	-	-	929	4.349	18.187	
BBPM Participações S/A	Mútuo	(313)	(9)	(352)	(3)	(677)	(6)	
JQMJ Participações S/A	Mútuo	(101)	-	-	-	(101)	-	
Total		(48.352)	2.415	(7.033)	1.340	(51.630)	(13.155)	

Empresas	Serviços contratados	
	30/09/2015	
	Energisa Soluções Construções S/A	Energisa Soluções S/A
Caiua Distribuição de Energia S/A	3.151	745
Empresa Elétrica Bragantina S/A	2.234	491
Companhia Nacional de Energia Elétrica S/A	-	449
Empresa de Distribuição de Energia Vale do Paranapanema S/A	-	569
Energisa Mato Grosso do Sul S/A	-	469
Energisa Mato Grosso S/A	3.846	3.677
Energisa Tocantins S/A	-	1.971
Total	9.231	8.371

As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos, estão suportados por contratos que foram homologados pela ANEEL.

Remuneração dos administradores

No período findo em 30 de setembro de 2015, a remuneração dos membros do Conselho de Administração fiscal e estatutária foi de R\$48 (R\$155 em 30 de setembro de 2014) na controladora e R\$708 (R\$577 em 30 de setembro de 2014) no consolidado, e da Diretoria foi de R\$6.573 (R\$3.744 em 30 de setembro de 2014), no consolidado. Além da remuneração, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$61 (R\$258 em 30 de setembro de 2014) no consolidado. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$995 (R\$1.435 em 30 de setembro de 2014) no consolidado.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente no consolidado foi de R\$68 e R\$2 (R\$63 e R\$2 em 30 de setembro de 2014) no consolidado. A remuneração média mensal no período findo em 30 de setembro de 2015 foi de R\$19 (R\$17 em 30 de setembro de 2014) no consolidado.

Na AGO/AGE de 30 de abril de 2015, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício findo de 2015 no montante de R\$3.000 (R\$3.000 para o exercício de 2014), na controladora.

16 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia possuía saldo de ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido no consolidado no montante de R\$ 75.331 (R\$ 73.728 em 31 de dezembro de 2014), em face das estimativas de resultados não serem suficientes para compensação desses montantes.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelos Conselhos de Administração da Companhia e das controladas.

Impostos diferidos reconhecidos nas informações financeiras intermediárias é como segue:

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Ativo		
Prejuízos fiscais e Base negativa da contribuição social	168.818	99.743
Diferenças temporárias	328.221	457.858
Créditos fiscais não reconhecidos - Instrução 371 - CVM	(75.331)	(73.728)
Total - ativo não circulante	421.708	483.873

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	320.393	319.384	1.023.596	1.151.240
Contribuição Social	115.341	114.978	368.495	414.446
Total - passivo não circulante	435.734	434.362	1.392.091	1.565.686
Totais passivos fiscais diferido Líquido	435.734	434.362	970.383	1.081.813

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	Consolidado			
	30/09/2015		31/12/2014	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais e Base negativa da contribuição social	496.524	168.818	400.769	136.261
Créditos fiscais - ágio	133.401	45.356	146.041	49.654
Provisão ajuste atuarial	13.088	4.450	11.505	3.912
Provisões para riscos	485.737	165.151	538.671	183.148
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	584.834	198.844	571.044	194.155
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras).	93.830	31.902	62.703	21.319
Marcação a mercado - derivativos	11.202	3.809	-	-
Ajustes a valor presente	59.187	20.124	22.632	7.695
Outras adições/exclusões temporárias	51.870	17.635	143.929	48.935
Passivos regulatórios (CVA´S)	(391.417)	(133.082)	(166.200)	(56.508)
Créditos Tributários não reconhecidos - Inst. 371 CVM	(221.563)	(75.331)	(324.254)	(110.246)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações	(76.376)	(25.968)	16.317	5.548
Total - ativo não circulante	1.240.317	421.708	1.423.157	483.873

Seguem as realizações dos créditos fiscais:

Ano	Consolidado
2015	15.475
2016	78.119
2017	53.042
2018	42.446
2019 a 2024	232.626
Total	421.708

	Controladora			
	30/09/2015		31/12/2014	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Passivo				
Ajustes a valor presente	1.726.228	586.918	1.720.463	584.957
Deságio sobre investimento EMS	104.587	35.560	104.587	35.560
Prejuízo fiscal e base negativa utilizável na realização Das diferenças temporárias (30%)	(549.245)	(186.744)	(547.515)	(186.155)
Total passivo não circulante	1.281.570	435.734	1.277.535	434.362

	Consolidado			
	30/09/2015		31/12/2014	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Passivo				
Ajustes a valor presente	2.390.401	812.736	2.439.985	829.595
Mais Valia	1.973.571	671.014	2.402.633	816.895
Deságio sobre investimento EMS	188.983	64.254	188.939	64.239
Encargos sobre reservas de reavaliação	247.931	84.297	275.157	93.553
Outras exclusões temporárias	41.996	14.279	22.281	7.576
Prejuízo fiscal e base negativa utilizável na Realização das diferenças temporárias (30%)	(748.496)	(254.489)	(724.035)	(246.172)
Total passivo não circulante	4.094.386	1.392.091	4.604.960	1.565.686

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora							
	01/07/2015 a 30/09/2015		01/01/2015 a 30/09/2015		01/07/2014 a 30/09/2014		01/01/2014 a 30/09/2014	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	7.209	7.209	298.995	298.995	109.274	109.274	2.289.362	2.289.362
Adições (exclusões):								
Equivalência Patrimonial	(23.815)	(23.815)	(111.387)	(111.387)	(159.903)	(159.903)	(813.942)	(813.942)
Redução de Imposto de Renda e Adicionais (*)								
Reversão de Provisão - Venda de Ativos de Geração	-	-	(299.679)	(299.679)	-	-	-	-
Outras adições	(2.141)	(2.141)	-	-	-	-	-	-
Base de cálculo dos tributos	(18.747)	(18.747)	(112.071)	(112.071)	(50.629)	(50.629)	1.475.420	1.475.420
Alíquotas fiscais aplicadas	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Despesas de imposto de renda e contribuição social	4.687	1.687	28.018	10.086	12.657	4.557	(368.855)	(132.788)
Créditos fiscais não constituídos	(4.328)	(1.559)	(29.026)	(10.450)	(4.506)	(1.622)	151.472	54.530
Receitas (despesas) com tributos	359	128	(1.008)	(364)	8.151	2.935	(217.383)	(78.258)
Alíquota efetiva	-	-	0,34%	0,12%			10,00%	3,60%

	Consolidado							
	01/07/2015 a 30/09/2015		01/01/2015 a 30/09/2015		01/07/2014 a 30/09/2014		01/01/2014 a 30/09/2014	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	176.813	176.813	283.141	283.141	176.813	176.813	2.613.065	2.613.065
Adições (exclusões) :								
Despesas Inedutíveis	-	-	8.421	8.421	-	-	-	-
Reversão de Provisão - Venda de Ativos de Geração			(299.679)	(299.679)	-	-	-	-
Exclusão Receitas Financeiras - Refis lei 12.996/14	(35.976)	(35.976)	-	-	(35.976)	(35.976)	(35.976)	(35.976)
Outras adições/(exclusões)	174.480	174.480	(3.841)	(3.841)	174.480	174.480	167.582	167.582
Base de cálculo dos tributos	315.317	315.317	(11.958)	(11.958)	315.317	315.317	2.744.671	2.744.671
Alíquotas fiscais aplicadas	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(78.829)	(28.379)	2.990	1.075	(78.829)	(28.379)	(686.168)	(247.020)
Redução de Imposto de Renda e Adicionais (*)	-	-	24.423	-	-	-	-	-
Créditos fiscais não constituídos	50.622	18.224	(1.179)	(424)	50.622	18.224	264.434	95.196
Receitas (despesas) com tributos	(28.207)	(10.155)	26.234	651	(28.207)	(10.155)	(421.734)	(151.824)
Alíquota efetiva	15,95%	5,74%	-	-	15,95%	5,74%	16,11%	5,81%

(*) As controladas EMT e ETO possuem redução do imposto de renda e adicionais. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDAM - auferidos no período findo em 30 de setembro de 2015 monta em R\$24.423, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. No período a controlada EMT não apurou base de cálculo do lucro de exploração.

As controladas ETO e EMT obtiveram seus pleitos deferidos em dezembro de 2014 pelo Ministério da Integração Nacional - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, pelos seus respectivos Laudos Constitutivos números 113 e 114, que concedeu benefício fiscal de 75% de redução do Imposto de Renda, para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023.

17 Contas a receber da concessão - consolidado

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 as controladas EDEVP, EMT, CAIUA, ETO, EEB, CNEE, CFLO e EMS passaram a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM que no período findo em 30 de setembro de 2015, gerou um valor de R\$92.693 (R\$19.284 em 31 de dezembro de 2014), registrado em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR no consolidado.

O contas a receber da concessão esta classificado como disponível para venda no ativo circulante e não circulante no consolidado.

Seguem as modificações ocorridas pelas controladas:

	EMT	ETO	EMS	CAIUA	CNEE	CFLO	EEB	EDEVP	TOTAL
Ativo financeiro - 31/12/2014	878.868	428.595	318.859	131.543	64.314	20.257	133.937	88.715	2.065.088
Adições no período/exercício	99.376	57.709	53.743	16.750	14.405	2.404	8.934	5.160	258.481
Baixas no período/exercício	(3.256)	(9.936)	(1.123)	25.955	(1.243)	1.794	(1.313)	(280)	10.598
Atualização contas a receber da concessão - VNR	42.468	17.306	14.339	6.265	2.874	830	5.390	3.221	92.693
Transferência para Intangível - Contrato de concessão (*)	-	-	-	(19.573)	1.429	(3.169)	(15.358)	(5.997)	(42.668)
Ativo financeiro custo corrigido - 30/09/2015 - não circulante	<u>1.017.456</u>	<u>493.674</u>	<u>385.818</u>	<u>160.940</u>	<u>81.779</u>	<u>22.116</u>	<u>131.590</u>	<u>90.819</u>	<u>2.384.192</u>

(*) As controladas Caiuá Distribuição de Energia, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema, Empresa Elétrica Bragantina e Companhia Força e Luz do Oeste, tem assinado desde 03 de fevereiro de 1999 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL contratos de concessão de distribuição de energia elétrica que se encontram vencidos desde 07 de julho de 2015 e de acordo com Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, mesmo com o término dos prazos contratuais as concessões permanecerão válidas pelo prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) meses.

A ANEEL através do Despacho nº 3.592 de 28 de outubro de 2015, determinou às concessionárias de distribuição de energia elétrica, com os contratos de concessões vencidos a partir de julho de 2015, observarem o tratamento contábil previsto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrica com relação aos investimentos não amortizados até a data do término do contrato de concessão, referentes aos bens reversíveis, como também os investimentos realizados após o término do contrato de concessão ou que vierem a ser transferidos para o Intangível em Serviço deverão seguir o tratamento contábil previsto no MCSE, sendo depreciados normalmente, cujos efeitos serão considerados para definição do saldo de investimentos a serem contemplados nos processos tarifários subsequentes, como forma de recuperação.

De acordo com a determinação da ANEEL e em face de que as concessões permanecerão válidas por mais 24 meses a partir de julho de 2015 as controladas efetuaram novos cálculos de seus ativos considerando os novos prazos tendo reclassificado o montante de R\$42.668 do contas a receber da concessão para o intangível em serviço.

18 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Participação em controladas	3.287.281	3.350.056	-	-
Outros	103	103	4.610	4.791
Total	<u>3.287.384</u>	<u>3.350.159</u>	<u>4.610</u>	<u>4.791</u>

Participação em controladas:

30/09/2015									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	Capital social	Nº ações/cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	40.948	1.072	91,45	397.693	351.445	46.248	(7.592)	(6.941)	42.294
Companhia Nacional de Energia Elétrica	28.000	2.334	98,69	244.987	165.958	79.029	5.961	5.881	77.994
Companhia Força e Luz do Oeste	11.500	338.492	97,7	100.583	80.870	19.713	306	299	19.259
Energisa Tocantins	342.969	380	71,42	1.842.695	1.024.031	818.664	45.774	32.683	584.690
Energisa Mato Grosso	1.118.910	98.224	57,67	5.369.623	3.549.204	1.820.419	(350)	(196)	1.049.835
QMRA Participações S.A.	1.185.838	2.408.385	100	63.547	43.328	20.219	421	421	20.219
Energisa Mato Grosso do Sul	595.650	39.830.515	63,11	3.292.250	1.972.196	1.320.054	38.679	24.414	833.086
Rede Power do Brasil S.A.	70.000	98	99,98	496.519	53.123	443.396	14.700	14.700	443.339
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	283.267	283.651	100	449.259	371.918	77.341	7.885	7.885	77.341
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	119.905	119.905	100	347.784	220.110	127.674	5.725	5.725	127.674
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	500	1	99,91	111.566	269.660	(158.094)	23.238	23.219	-
Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	1.830	1	99,5	39.863	30.173	9.690	2.252	4.209	9.642
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	1.112	1	100	2.195	386	1.809	78	(867)	1.809
Cia Geral	443	5	63,97	-	90	(90)	(70)	(45)	99
Total								111.387	3.287.281

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$157.949, registrado em provisões para perdas em participações societárias no passivo não circulante.

31/12/2014									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	Capital social	Nº ações/cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial (2)	Investimentos
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	40.948	1.072	91,45	408.070	332.599	75.471	469	488	69.017
Companhia Nacional de Energia Elétrica	28.000	2.334	98,69	216.645	126.830	89.815	12.842	12.747	88.637
Companhia Força e Luz do Oeste	11.500	338.492	97,70	71.328	45.787	25.541	(2.874)	(2.430)	24.954
Energisa Tocantins	342.969	380	71,42	1.622.161	842.097	780.064	13.242	12.019	557.122
Energisa Mato Grosso	1.118.910	98.224	57,67	5.307.657	3.472.373	1.835.284	32.542	14.591	1.058.409
QMRA Participações S.A.	1.185.838	2.408.385	100	59.696	39.897	19.799	122.141	122.134	19.799
Energisa Mato Grosso do Sul	595.650	39.830.515	63,11	3.276.565	1.914.085	1.362.480	67.498	42.974	859.861
Rede Power do Brasil S.A.	70.000	98	99,98	510.678	56.227	454.451	167.485	180.067	454.391
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	283.267	283.651	100	369.663	300.207	69.456	9.863	9.863	69.456
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	119.905	119.905	100	301.249	179.300	121.949	3.255	3.255	121.949
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	500	1	99,91	102.756	284.088	(181.332)	459.289	452.542	-
Rede de Eletricidade e Serviços S.A.	1.830	1	99,50	24.883	18.403	6.480	1.000	1.408	6.448
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	25.438	1	100	20.255	386	19.869	1.756	973	19.869
Cia Geral	443	5	63,97	28	47	(19)	(25)	(290)	144
Total								850.341	3.350.056

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo o descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$181.166, registrado em provisões para perdas em participações societárias no passivo não circulante.

(2) No período findo em 30 de setembro de 2014, foi registrado o montante de R\$50.675 (R\$24.080 no trimestre findo em 30 de setembro de 2014) referente a equivalência patrimonial.

Movimentação dos investimentos:

Controladas	31/12/2014	Subscrição/ aquisição/redução/ adiant. para futuro aumento de capital/compra de ações	Dividendos	Equivalência patrimonial	30/09/2015
Empresa Elétrica Bragantina S.A. (1)	69.017	-	(19.782)	(6.941)	42.294
Companhia Nacional de Energia Elétrica (1)	88.637	-	(16.524)	5.881	77.994
Companhia Força e Luz do Oeste (1)	24.954	-	(5.994)	299	19.259
Energisa Tocantins (1)	557.122	-	(5.115)	32.683	584.690
Energisa Mato Grosso (1)	1.058.409	-	(8.378)	(196)	1.049.835
QMRA Participações S.A.	19.799	-	-	421	20.219
Energisa Mato Grosso do Sul (1)	859.861	-	(51.189)	24.414	833.086
Rede Power do Brasil S.A.	454.391	-	(25.753)	14.700	443.339
Caiuá Distribuição de Energia S.A. (1)	69.456	-	-	7.885	77.341
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A. (1)	121.949	-	-	5.725	127.674
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (2)	-	-	-	23.219	-
Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	6.448	-	(1.015)	4.209	9.642
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A. (3)	19.869	(17.000)	(193)	(867)	1.809
Cia Geral	144	-	-	(45)	99
Total	3.350.056	(17.000)	(133.943)	111.387	3.287.281

(1) Patrimônio líquido a valor justo;

(2) Valor registrado no passivo não circulante - provisão para perdas em participações societárias;

(3) Refere-se a redução do capital da controlada.

Controladas	2013	Investimentos cujo controle foi readquirido 11/04/2014 (3)	Subscrição/ aquisição/ adiant. Para futuro aumento de capital/compra de ações	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência patrimonial (4)	2014
Empresa Elétrica Bragantina S.A. (1)	-	74.554	-	(6.395)	370	488	69.017
Companhia Nacional de Energia Elétrica (1)	-	85.030	-	(9.332)	192	12.747	88.637
Companhia Força e Luz do Oeste (1)	-	27.912	-	(1.221)	693	(2.430)	24.954
Energisa Tocantins (1)	-	518.841	37.240	(12.575)	1.597	12.019	557.122
Energisa Mato Grosso (1)	-	1.051.509	-	(9.818)	2.127	14.591	1.058.409
QMRA Participações S.A.	3.896	(106.231)	-	-	-	122.134	19.799
Energisa Mato Grosso do Sul (1)	-	821.701	-	(5.012)	198	42.974	859.861
Tangará Energia S.A. (5)	55.785	-	-	-	-	(129.505)	-
Rede Power do Brasil S.A.	132.716	(13.192)	157.609	(2.924)	115	180.067	454.391
Caiuá Distribuição de Energia S.A. (1)	-	36.318	22.590	-	685	9.863	69.456
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A. (1)	-	118.350	-	-	344	3.255	121.949
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (2)	-	-	3.066	-	-	452.542	-
Rede de Eletricidade e Serviços S.A.	5.403	-	-	(236)	(127)	1.408	6.448
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	11.676	-	7.220	-	-	973	19.869
Cia Geral	-	-	434	-	-	(290)	144
Passivo reclassificado para disponível para venda (5)	-	-	-	-	-	129.505	-
Total	209.476	2.614.792	228.159	(47.513)	6.194	850.341	3.350.056

(1) Patrimônio líquido a valor justo;

(2) Valor registrado no passivo não circulante - provisão para perdas em participações societárias;

(3) Investimentos avaliados a valor justo, cujos saldos iniciais foram transferidos da rubrica ativos financeiros - investimentos classificados como disponíveis para venda;

(4) Inclui R\$4.177 na ETO e R\$ 4.220 na Vale do Vacaria referente ganhos apurados em novas aquisições de ações; e R\$22.976 referente a

perda de capital por redução de percentual de participação;
(5) Ativo transferido para ativos disponíveis para venda.

Provisão para perdas - investimento:

	Controladora	
	30/09/2015	31/12/2014
Passivo Não circulante - Provisão para perdas em participação societária		
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	157.949	181.166
Total - passivo não circulante	157.949	181.166

19 Imobilizado - Consolidado

Imobilizado	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferência	Depreciação	Saldo 30/09/2015
Imobilizado em Serviço					
Custo:					
Edificações e benfeitorias	325	-	-	-	325
Máquinas e equipamentos	2.756	-	6.965	-	9.721
Veículos	38.311	-	-	-	38.311
Móveis e utensílios	932	-	64	-	996
Total do imobilizado em serviço	42.324	-	7.029	-	49.353
Depreciação acumulada:					
Edificações e benfeitorias	(128)	-	-	(11)	(139)
Máquinas e equipamentos	(2.678)	-	-	(502)	(3.180)
Veículos	(24.729)	-	-	(4.103)	(28.832)
Móveis e utensílios	(482)	-	-	(43)	(525)
Total Depreciação acumulada	(28.017)	-	-	(4.659)	(32.676)
Subtotal Imobilizado	14.307	-	7.029	(4.659)	16.677
Imobilizado em curso	14	8.558	(7.029)	-	1.543
Total do Imobilizado	14.321	8.558	-	(4.659)	18.220

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia e suas controladas são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas (%)
Reservatório, barragens, adutoras e terras	2,00
Edificações e benfeitorias	3,38
Máquinas e equipamentos	6,25
Veículos	14,29
Móveis e utensílios	6,25

20 Intangível

20.1 Intangível - Contrato de Concessão- consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

INTANGÍVEL	Saldo 31/12/2014	Adição	Adição Ativo Financeiro (**)	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 30/09/2015
Intangível em Serviço							
Custo	9.554.046	-	58.826	302.064	(117.682)	-	9.797.254
Amortização Acumulada	(4.074.798)	-	-	-	55.065	(497.041)	(4.516.774)
Subtotal	5.479.248	-	58.826	302.064	(62.617)	(497.041)	5.280.480
Em Curso	792.853	786.804	-	(302.064)	(307.787)	-	969.806
Total Intangível	6.272.101	786.804	58.826	-	(370.404)	(497.041)	6.250.286
(-) Obrigações vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	1.675.109	17.145	16.158	24.237	(19)	-	1.732.630
Amortização Acumulada	(654.542)	-	-	-	-	(74.462)	(729.004)
Subtotal	1.020.567	17.145	16.158	24.237	(19)	(74.462)	1.003.626
Em Curso	269.902	89.896	-	(24.237)	(49.306)	-	286.255
Total das Obrigações vinculadas à concessão	1.290.469	107.041	16.158	-	(49.325)	(74.462)	1.289.881
Total Intangível	4.981.632	679.763	42.668	-	(321.079)	(422.579)	4.960.405

(*) Do total das baixas realizadas no período findo em 30 de setembro de 2015 de R\$321.079, R\$258.481 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$62.598 referem-se a baixas operacionais realizadas no período.

(**) Valor transferido do contas a receber da concessão, conforme detalhado na nota explicativa nº 17.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. As taxas médias ponderadas de amortização das controladas são: EDEVP 4,15%, EMT 3,95%, CAIUA 4,06%, ETO 3,87%, EEB 4,01%, CNEE 3,98%, CFLO 4,46%, EMS 4,32%.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/09/2015	31/12/2014
Contribuições do consumidor	1.690.896	1.527.961
Participação da União - recursos CDE	1.105.956	1.040.274
Participação do Governo do Estado	257.151	219.360
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	120.792	86.473
(-) Amortização acumulada	(729.004)	(654.542)
Total	2.445.791	2.219.526
Alocação:		
Contas a receber da concessão	1.155.909	929.057
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.003.625	1.020.567
Infraestrutura - Intangível em curso	165.465	183.429
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	120.792	86.473
Total	2.445.791	2.219.526

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e as participações do Governo do Estado são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

As controladas passaram a amortizar as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) a partir da segunda revisão tarifária periódica ocorrida em: CNEE (Maio/2008), EDEVP (Maio/2008), CAIUÁ (Maio/2008), CFLO (Junho/2008), ETO (Julho/2008), EMT (Abril/2008), EMS (Abril/2008) pela taxa média de amortização do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3º ciclo de revisão tarifária, sendo a CNEE, EDEVP, CAIUÁ em 12 de Maio/2012, CFLO em 29 de Junho/2012, ETO em 04 de Julho/2012, EMT e EMS em 08 de Abril/2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

Em 30 de setembro de 2015, o montante contabilizado naquela rubrica no consolidado foi de R\$120.792 (R\$86.473 em 31 de dezembro de 2014).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as controladas procederam ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Durante o período findo em 30 de setembro de 2015, não ocorreu nenhum evento relevante que requeresse a revisão do referido teste. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizaram-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média WACC (7,50%), representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste acima citado mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

21 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Suprimento: (1)				
CCEE	-	-	93.206	58.861
Contratos Bilaterais (1)	-	-	863.892	817.237
Uso de rede básica (1)	-	-	-	126
Encargos de Serviço no sistema (1)	-	-	28.476	5.611
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	-	-	11.380	11.308
Materiais, serviços e outros (2)	252	262	128.886	126.390
Total	252	262	1.125.840	1.019.533
Circulante	252	262	776.771	665.924
Não Circulante	-	-	349.069	353.609

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Inclui R\$351.140 (R\$427.632 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$351.140 (R\$351.140 em 31 de dezembro de 2014) encontra-se contabilizado no passivo não circulante, de débitos com Eletrobrás devidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica, referente ao repasse Itaipu, cujo parcelamento dos débitos em atraso foi consolidado em 60 parcelas. Os juros remuneratórios incidentes sobre o principal serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela taxa de 115% do CDI. Até setembro de 2015 foram pagos parcelamento de débitos com fornecedores de energia no montante de R\$37.214 e reconhecido R\$37.038 de atualização financeira.

(2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

22 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	30/09/2015	31/12/2014	
	Em moeda nacional						
	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. (BICBANCO) Opção A	58	-	4.065	4.123	4.026	
	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. (Opção A)	128	-	8.962	9.090	9.408	
	EMPRÉSTIMOS CREDORES "RJ" (OPÇÃO C)	-	-	76.983	76.983	75.723	
	Total em moeda nacional	186	-	90.010	90.196	89.157	
REDE ENERGIA	Total REDE ENERGIA	186	-	90.010	90.196	89.157	
	Em moeda nacional						
	Santander	84	708	7.792	8.584	8.579	
	ELETROBRÁS	7	322	-	329	564	
	HP leasing	-	-	-	-	24	
	Total em moeda nacional	91	1.030	7.792	8.913	9.167	
	Em moeda estrangeira						
	Banco Itaú BBA	1.429	-	102.871	104.300	68.986	(1)
	Bank of America Merrill Lnc	69	-	51.181	51.250	-	(1)
	(-) Marcação Mercado Dívida	-	-	(5.841)	(5.841)	-	(2)
	Total em moeda estrangeira	1.498	-	148.211	149.709	68.986	
CAIUA	Total CAIUA	1.589	1.030	156.003	158.622	78.153	
	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS	2	789	-	791	1.499	
	ELETROBRÁS	118	17.379	92.278	109.775	123.649	
	Banco Santander	77	656	7.211	7.944	7.929	
	Banco Santander	738	6.261	68.872	75.871	75.730	
	HP leasing	-	-	-	-	12	
	Total em moeda nacional	935	25.085	168.361	194.381	208.819	
ETO	(-) custos de captação incorridos na	-	(341)	(484)	(825)	(806)	

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	30/09/2015	31/12/2014	
	contratação						
	Em moeda estrangeira						
	Banco Itaú BBA	5.016	-	258.358	263.374	-	
	(-) Marcação Mercado Dívida	-	-	(7.618)	(7.618)	-	(2)
	Total em moeda estrangeira	5.016	-	250.740	255.756	-	
	Total ETO	5.951	24.744	418.617	449.312	208.013	
	Em moeda nacional						
	BANCO BMG S/A - Opção A	-	510	3.136	3.646	3.292	
	Total em moeda nacional	-	510	3.136	3.646	3.292	
CTCE	Total CTCE	-	510	3.136	3.646	3.292	
	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS	30	11.815	31.648	43.493	52.647	
	SAFRA	-	92	-	92	381	
	SAFRA	-	22	-	22	96	
	HP leasing	-	-	-	-	29	
	VOLKSWAGEN	-	-	-	-	246	
	Banco Itaú - Nota promissória de Crédito	-	-	-	-	105.448	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	2.383	-	289.821	292.204	289.821	
	Total em moeda nacional	2.413	11.929	321.469	335.811	448.668	
	Em moeda estrangeira						
	Banco Merrill Lynch	257	-	124.934	125.191	-	
	Itaú Libor	113	30.194	-	30.307	-	
	Itaú Libor	70	36.749	-	36.819	-	
	(-) Marcação Mercado Dívida	-	(1.419)	(6.922)	(8.341)	-	(2)
	Total em moeda estrangeira	440	65.524	118.012	183.976	-	
EMS	Total EMS	2.853	77.453	439.481	519.787	448.668	
	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS	1	42.308	273.003	315.312	347.519	
	FIBRA/BTG	-	-	-	-	7.971	
	HP leasing	-	-	-	-	27	
	Banco JP Morgan	30	14.857	9.905	24.792	35.960	
	Finame - SAFRA	-	46	-	46	107	
	Banco Santander	314	2.667	29.333	32.314	32.270	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	2.532	-	351.415	353.947	353.573	
	Total em moeda nacional	2.877	59.878	663.656	726.411	777.427	
	Em moeda estrangeira						
	Banco Merrill Lynch	30	14.447	9.631	24.108	23.374	(1)
	Cessna Finance	9	6.461	42.652	49.122	35.898	
	Total em moeda estrangeira	39	20.908	52.283	73.230	59.272	
EMT	Total EMT	2.916	80.786	715.939	799.641	836.699	
	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS	5	64	-	69	117	
	HP leasing	-	-	-	-	8	
	BANCO ABC	92	12.653	-	12.745	-	
	Total em moeda nacional	97	12.717	-	12.814	125	
CNEE	Total CNEE	97	12.717	-	12.814	125	
	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS	1	64	76	141	189	
	HP leasing	-	-	-	-	7	
	Total em moeda nacional	1	64	76	141	196	
	Em moeda estrangeira						
	Itaú	695	30.444	-	31.139	-	
CFLO	Total em moeda estrangeira	695	30.444	-	31.139	-	

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	30/09/2015	31/12/2014	
	Total CFLO	696	30.508	76	31.280	196	
	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS	7	269	-	276	478	
	HP leasing	-	-	-	-	12	
	BANCO ABC	184	25.305	-	25.489	-	
	Total em moeda nacional	191	25.574	-	25.765	490	
	Em moeda estrangeira						
	SANTANDER	181	13.110	-	13.291	-	
	Total em moeda estrangeira	181	13.110	-	13.291	-	
EDEVP	Total EDEVP	372	38.684	-	39.056	490	
	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS EFS	2	796	1.793	2.591	3.182	
	HP leasing	-	-	-	-	11	
	Total em moeda nacional	2	796	1.793	2.591	3.193	
	Em moeda estrangeira						
	ABC Brasil	190	-	51.596	51.786	45.410	(1)
	ITAU	220	-	15.826	16.046	10.609	(1)
	SANTANDER	615	76.627	-	77.242	-	(1)
	(-) Marcação Mercado Dívida	-	107	663	770	-	(2)
	Total em moeda estrangeira	1.025	76.734	68.085	145.844	56.019	
EEB	Total EEB	1.027	77.530	69.878	148.435	59.212	
	Sub - total em moeda nacional	6.793	137.583	1.256.293	1.400.669	1.540.534	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(341)	(484)	(825)	(806)	
	Total em moeda nacional	6.793	137.242	1.255.809	1.399.844	1.539.728	
	Total em moeda estrangeira	8.894	206.720	637.331	852.945	184.277	
CONSOLIDADO	TOTAL	15.687	343.962	1.893.140	2.252.789	1.724.005	

Os contratos de empréstimos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2015, as exigências contratuais foram cumpridas.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

- (1) Os contratos junto ao Bank of America Merrill Lynch, ABC Brasil e Itaú BBA possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 34).
- (2) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo e pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 25).

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de setembro 2015:

Empresa	Operação	Características da Operação			Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
REDE ENERGIA	Banco industrial e comercial s.a. (bicbanco)	jul/36	Mensal	Recebíveis	IPCA	+ 1,05% a.a	6,09%	
	Banco do nordeste do brasil s.a.	jul/36	Mensal	Recebíveis	IPCA	+ 1,05% a.a	6,09%	
CAIUÁ	Banco Santander	jun/19	Mensal	Recebíveis + Aval	CDI	2,28% a.a	8,87%	
	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	UFIR	6,0% a.a	4,50%	
	Itaú BBA	nov/17	Mensal	Aval	Dólar	+ 3,40%	39,73%	(1)
	Bank of America Merrill Lynch	jun/17	Mensal	Aval	Dólar	+ 1,85 %	38,57%	(1)
ETO	Eletrobrás II	Jun/16 a abr/22	Mensal	Recebíveis	UFIR	De 6,0 a 6,50% a.a	4,50% a 4,88%	
	Banco Santander	jun/19	mensal	Recebíveis	CDI	2,28% a.a	8,87%	
DENERGE	FI-FGTS - (Reestruturado)	jul/36	mensal		TR	4,0% a.a	3,94%	
CTCE	Banco BMG	jul/36	mensal			1,0% a.a	0,75%	
	Eletrobrás	jun/15 a mai/22	trimestral	-	-	6,0 a 8,0% a.a	4,50% a 6,0%	
EMS	Safra finame I	Nov/15 a mar/16	mensal	Alienação fiduciária	PRÉ	8,0% a.a	6,00%	
	Safra finame II	nov/15 a mar/16	mensal	Alienação fiduciária	TJLP	5,7% a.a	9,16%	
	Bank of America Merrill Lynch	jun/17	mensal	Aval	Dólar	2,00% a.a	38,68%	(1)
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	out/34	mensal	Recebíveis	TR	8,0% a.a	6,94%	
EMT	Itaú BBA	set/16	Final	Aval	Dólar	1,90% a 3,52% a.a	38,61% a 39,82%	(1)
	Eletrobrás	até ago/22	Trimestral	-	PRÉ	6,0 a 8,0% a.a	4,50% a 6,0%	
	Banco JP Morgan	mai/17	Mensal	Recebíveis	CDI	2,0% a.a	8,66%	
	Finame - SAFRA	abr/16	Mensal	-	TJLP	3,9 a 6,5% a.a	7,81% a 9,76%	
	Banco Santander	jun/17	Mensal	Recebíveis+Aval	CDI	2,8% a.a	9,26%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	out/34	mensal	Recebíveis	TR	8,0% a.a	6,94%	
	Banco Merryl Lynch	mai/17	mensal	Fiança	CDI	2,0% a.a	8,66%	
CNEE	Cessna Finance	set/20	trimestral	Depósito Caução	PRÉ	6,75% a.a	5,06%	
	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	UFIR	6,0 a.a	4,50%	
CFLO	Banco ABC Brasil	jul/16	Final	Recebíveis	Dólar	3,28%	39,64%	(1)
	Eletrobrás	jun/16 a jul/18	Mensal	Recebíveis	UFIR	6,0% a.a	4,50%	
EDEV	Banco Itaú	fev/16	Final	Aval	Dólar	3,83% a.a	40,05%	(1)
	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	UFIR	6,0% a.a	4,50%	
EEB	Santander	out/15	Final	Aval	Dólar	3,00% a.a	39,43%	
	Banco ABC Brasil	abr/17	Final	Aval	Dólar	3,28% a.a	39,64%	
	Eletrobrás	de set/16 a jul/22	Mensal	Recebíveis	UFIR	6,0% a.a	4,50%	
EET	Banco Itaú	nov/17	Mensal	Aval	Dólar	+ 3,40%	39,73%	(1)
	Santander	dez/15	Mensal	Aval	Dólar	3,10%	39,51%	(1)
	Banco ABC Brasil	ago/17	Final	Aval	Dólar	2,62%	39,15%	(1)

(*) Possui Swap.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/09/2015	31/12/2014
US\$ x R\$	49,57%	13,39%
TJLP	6,50%	5,00%
SELIC	9,63%	10,90%
CDI	9,55%	10,81%
IPCA	7,06%	6,41%
IGP-M	6,35%	3,67%
LIBOR	0,28%	0,23%
UMBNB	0,06%	0,05%
TR	1,25%	0,86%

Em 30 de setembro de 2015, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
2016	-	45.862
2017	-	585.139
2018	-	248.784
2019	-	203.140
Após 2019	90.010	810.215
Total	90.010	1.893.140

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Saldos em 31/12/2014 e 31/12/2013	89.157	1.111.084	1.724.005	1.450.673
Saldo inicial consolidado a partir de 11/04/2014	-	-	-	1.821.298
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	-	611.918	967.160
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	267	94.182	337.517	287.286
(-) Marcação Mercado Dívida	-	-	(21.029)	-
Descontos obtidos credores - Opção "C"	-	(1.364.746)	-	(1.364.746)
Reversão MTM Bond Perpétuo	1.888	674.278	1.888	674.278
Transferência Partes Relacionadas	-	(404.167)	-	(404.167)
Ajuste a valor presente	-	72.514	-	72.514
Marcação a mercado	-	23.536	-	23.536
Provisão de ajuste a valor presente - credores opção "A"	-	(108.149)	-	(196.376)
Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda	-	-	-	(231.166)
Pagamento de principal e juros	(1.116)	(9.375)	(401.510)	(1.376.285)
Saldos em 30/09/2015 e 31/12/2014	90.196	89.157	2.252.789	1.724.005
Circulante	186	1.036	359.649	269.407
Não circulante	90.010	88.121	1.893.140	1.454.598

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes são como segue:

Empresas	Contratos	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017 em diante	Total
ETO	Banco Santander	85	300	440	825

23 Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características:

	Controladora	Controlada EMT			Controlada EMS	Controlada ETO	Total
	4ª Emissão	2ª Emissão	5ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão		
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública		
Data de emissão	22/12/2009	15/4/2010	15/5/2014	31/5/2014	31/5/2014		
Data de vencimento	22/12/2014	15/5/2017	17/5/2021	30/5/2021	30/5/2019		
Garantia	Quirografia	Flutuante	Flutuante	Quirografia	Quirografia		
Rendimentos	CDI + 3,40%	1ª Serie CDI + 2,75% a.a - 2ª a 13ª Séries IPCA + 9,15%	CDI + 2,28%	CDI + 2,28% a.a.	CDI + 2,28% a.a.		
TIR (taxa efetiva de juros)	13,64%	1ª Serie 12,96% a.a - 2ª a 13ª Séries 15,96%	12,45%	12,45%	12,45%		
Quantidade de títulos	370.000	250	45.000	40.000	5.000		
Valor na data de emissão	370.000	1.000.000	10.000	400.000	50.000		
Títulos em circulação	-	250	45.000	40.000	5.000		
Carência de Juros	6 meses	6 meses	24 meses	2 anos	2 anos		
Data de repactuação	-	1/8/2012	-	-	-		
Amortizações/parcelas	semestral	Mensal	Mensal após a carência	semestral	Mensal 30/06/16		
Saldos em 30/09/2015	43.144	-	473.836	418.511	52.228	987.719	
Circulante	558	-	55.889	47.018	7.946	111.411	
Não circulante	42.586	-	417.947	371.493	44.282	876.308	
Saldos em 31/12/2014	38.136	40.431	453.622	401.892	50.041	984.122	
Circulante	1.012	40.431	6.315	4.281	297	52.336	
	37.124	-	447.307	397.611	49.744	931.786	

As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de IPCA + 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$295.552 de ajuste a valor presente.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2015, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 30 de setembro de 2015, as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Consolidado
2016	46.443
2017	185.772
2018	185.772
2019	176.085
Após 2019	282.236
Total	876.308

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos períodos/exercícios subsequentes são como seguem:

	30/09/2015			
	EMT	ETO	EMS	
	5ª Emissão	1ª Emissão	7ª Emissão	Consolidado
Exercício 2015	940	33	-	973
Exercício 2016	107	114	901	1.122
Após 2016	1.886	143	1.692	3.721
	2.933	290	2.593	5.816

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Saldo em 31/12/2014 e 31/12/2013	38.136	410.126	984.122	410.126
Saldos iniciais adquiridos em 11/04/2014	-	-	-	272.103
Novas debêntures obtidas	-	-	-	1.019.154
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	2.886	2.830	105.185	96.203
Ajuste a valor presente	5.461	3.208	5.461	3.208
Descontos obtidos credores - Opção "C"	-	(58.440)	-	(58.440)
(Provisão) Reversão de ajuste a valor presente credores Opção "A"	-	(297.304)	-	(297.304)
Transferência Partes Relacionadas	-	(19.480)	-	(19.480)
Pagamento de principal e juros	(3.339)	(2.804)	(107.049)	(316.276)
Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda	-	-	-	(125.172)
Saldo em 30/09/2015 e 31/12/2014	43.144	38.136	987.719	984.122
Circulante	558	1.012	111.411	52.336
Não circulante	42.586	37.124	876.308	931.786

24 Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
ICMS	-	-	228.004	156.338
Encargos Sociais	-	67	8.969	10.281
IRPJ	-	-	9.570	4.732
CSSL	-	-	4.973	954
PIS/COFINS	136	5	77.609	37.192
IRRF	261	1.201	2.456	2.734
IOF	482	276	849	556
Outros	56	70	5.072	4.317
Total	935	1.619	337.502	217.104
Circulante	935	1.619	317.891	201.090
Não Circulante (1)	-	-	19.611	16.014

(1) Refere-se basicamente a tributos com exigibilidades suspensa.

25 Parcelamento de impostos - consolidado

As controladas possuem parcelamentos estaduais e federais, com os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices adotados por cada UF:

Descrição	EMT	REDE SUL	30/09/2015	31/12/2014
LEI 11.941	-	-	-	726
COFINS	-	1.242	1.242	2.574
ICMS	3.662	93.157	96.819	105.007
TOTAL	3.662	94.399	98.061	108.307
Circulante	3.662	14.332	17.994	20.308
Não Circulante	-	80.067	80.067	87.999

Abaixo, número máximo de parcelas restantes para cada tipo de parcelamento:

Descrição	EMT	REDE SUL
COFINS	-	05
ICMS	11	90

Posição em 30 de setembro de 2015:

	Valor original	Multa	Juros	Total
COFINS	374	42	826	1.242
ICMS	64.837	7.434	24.548	96.819
TOTAL	65.211	7.476	25.374	98.061

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	30/09/2015	31/12/2014
2015	4.777	16.763
2016	17.638	16.863
2017	15.975	14.787
Após	59.671	59.894
Total	98.061	108.307
Circulante	17.994	20.308
Não circulante	80.067	87.999

26 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais – consolidadas.

Risco provável – composição e movimentações

	Saldo inicial 31/12/2014	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Ajuste a valor justo	Saldo final 30/09/2015
Trabalhistas	157.753	47.208	(51.602)	10.301	(3.393)	160.267
Cíveis	326.072	61.878	(120.294)	20.873	1.034	289.563
Fiscais	54.846	11.064	(33.422)	3.103	316	35.907
Total	538.671	120.150	(205.318)	34.277	(2.043)	485.737
Depósitos e cauções vinculados (*)	(77.777)					(96.256)

(*) As controladas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$119.575 (R\$91.764 em 31 de dezembro de 2014). Desse total, R\$23.319 (R\$13.987 em 31 de dezembro de 2014), não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No período de 30 de setembro de 2015 foram pagos no consolidado o montante de R\$65.826 (R\$31.906 em 31 de dezembro 2014) sendo de indenizações trabalhistas R\$15.635 (R\$23.309 em 31 de dezembro de 2014), de indenizações cíveis R\$37.749 (R\$8.597 em 31 de dezembro de 2014) e de indenizações fiscais R\$12.442.

As contingências cujos prognósticos de êxito são possíveis ou prováveis foram avaliadas a valor justo de acordo com o CPC 15 (R1).

Perdas prováveis

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações;

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada;

• Fiscais

Referem-se a discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$1.414.937 (R\$1.407.846 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Apresentam-se, a seguir, as ações consideradas com riscos possíveis:

• Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$65.665 (R\$72.033 em 31 de dezembro de 2014), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia e pelas controladas reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

• Cíveis

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$649.829 (R\$952.454 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado, discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia; e multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontra em processo de defesa administrativa; bem como as ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que estão em processo de defesa administrativa. Sendo válido destacar que houve alteração do prognóstico em processo proposto pelo Ministério Público Estadual (0044688-64.2005.8.12.0001), com valor envolvido de R\$70.721, onde se discute o procedimento adotado para cobranças de energia consumida de forma irregular.

• Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$699.443 (R\$383.359 em 31 de dezembro de 2014), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

Os processos administrativos da controlada EMT, alcançados pela Lei da Copa (Lei Estadual 9.165/2009 - com as alterações da Lei Estadual 9.746/2012), também foram classificados como de perda possível, tendo em vista que foram inseridos no programa que autorizou a conversão de débito em investimento em infraestrutura energética necessária à realização da Copa do Mundo em 2014.

27 Taxas regulamentares e obrigação do programa de eficiência energética - consolidado

	30/09/2015	31/12/2014
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	66.892	73.625
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	-	125.132
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	114.996
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	106.636	155.113
Total	173.528	468.866
Circulante	6.044	291.281
Não circulante	167.484	177.585

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 12 de agosto de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas EMT, ETO, CFLO, CAIUÁ, CNEE, EBB e EDEVP, conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros remuneratórios incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais; (ii) Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas. Os juros estão sendo calculados pela variação da taxa Selic. Os parcelamentos das controladas CFLO, CAIUÁ, CNEE, EBB e EDEVP foram totalmente liquidados.

28 Incorporação de redes - consolidado

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, n.º 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS e ETO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Conforme art. 7º da Resolução Autorizativa n.º 4.463/2013, o prazo de que trata o §2º do Art. 8-A da Resolução Normativa n.º. 229, de 8 de agosto de 2006, passou a ser 31 de dezembro de 2016.

As incorporações de redes particulares em 30 de setembro de 2015 montam em R\$344.895 (R\$364.397 em 31 de dezembro de 2014) sendo R\$157.748 (R\$146.424 em 31 de dezembro de 2014) no circulante e R\$187.147 (R\$217.973 em 31 de dezembro de 2014) no não circulante. Os encargos estão sendo calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

29 Patrimônio Líquido

29.1 Capital Social

O capital social é de R\$2.245.787 (R\$2.245.787 em 31 de dezembro de 2014), representando 1.714.895 (1.714.895 em 31 de dezembro de 2014) ações nominativas, sendo 1.182.320 (1.182.320 em 31 de dezembro de 2014) ações ordinárias e 532.575 (532.575 em 31 de dezembro de 2014) ações preferenciais, sem valor nominal.

Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária dá direito a um voto. As ações preferenciais são inconversíveis em ações ordinárias e não tem direito de voto nas Assembleias Gerais. Cada ação preferencial faz jus a:

- Recebimento de dividendos não cumulativos, no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade, e depois de reembolsadas as ações ordinárias, participação igualitária com essas últimas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar;
- Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição, pela sociedade, de lucros, bonificações ou outras vantagens, inclusive nos casos de aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas.

29.2 Dividendos

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

29.3 Reserva de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto n.º 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Seguem as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)
			30/09/2015
EMT	SUDAM	114/2014	-
ETO	SUDAM	113/2014	24.423
Total			24.423

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" no consolidado e serão destinados a reserva de incentivo fiscais nas controladas.

30 Receita operacional - consolidada

	30/09/2015				30/09/2014			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2015 à 30/09/2015 (*)	01/01/2015 à 30/09/2015 (*)	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2014 à 30/09/2014 (*)	01/01/2014 à 30/09/2014 (*)
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	2.845.399	4.665.928	1.036.628	2.979.032	2.728.694	2.778.715	706.548	1.326.846
Industrial	42.613	1.869.362	439.325	1.269.148	54.901	1.266.381	326.445	598.442
Comercial	271.954	2.853.807	644.182	1.858.514	264.692	1.712.231	450.243	847.941
Rural	362.106	1.426.265	344.748	844.571	353.648	923.522	175.283	306.665
Poder Público:								
Federal	6.945	115.339	25.638	77.076	2.272	71.148	20.367	37.739
Estadual	6.963	271.486	50.549	139.899	7.032	164.510	34.854	65.847
Municipal	20.115	249.277	59.729	167.985	24.405	153.145	36.373	74.716
Iluminação Pública	4.509	638.871	78.656	208.639	4.174	380.136	47.585	89.103
Serviço Público	4.202	416.567	67.373	227.606	4.012	264.867	51.512	94.290
Consumo Próprio	862	17.452	-	-	824	10.954	-	-
Subtotal	3.565.668	12.524.354	2.746.828	7.772.470	3.444.654	7.725.609	1.849.210	3.441.589
Suprimento	-	669.480	43.436	245.839	-	211.761	50.682	120.456
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(40.997)	8.311	85.926	-	61.505	8.100	49.763
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	-	-	91.013	246.687	-	-	(46.991)	(8.676)
Serviços Especializados	-	-	570	1.503	-	-	5.502	11.023
Venda de Energia a Consumidores Livres	170	-	-	-	164	233.662	66.880	66.880
Receita de Construção (1)	-	-	297.659	681.725	-	-	56.575	171.498
Ativos e Passivos regulatórios - CVA (2)	-	-	81.931	174.792	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	22.495	103.470	-	-	336.990	413.778
Total - receita operacional bruta	3.565.838	13.152.837	3.292.243	9.312.412	3.444.818	8.232.573	2.326.948	4.266.311
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	559.530	1.600.687	-	-	410.946	748.888
PIS	-	-	47.774	139.896	-	-	35.134	64.580
COFINS	-	-	207.774	628.773	-	-	161.943	297.575
ISS	-	-	110	336	-	-	4	365
Taxa de Fiscalização	-	-	6.649	6.649	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	7.692	23.601	-	-	7.228	13.160
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	371.907	841.232	-	-	20.633	39.370
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	7.687	23.598	-	-	8.125	13.160
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	13.352	36.017	-	-	9.529	19.952
Encargo Consumidor - Excedente Bandeira	-	-	219.263	558.043	-	-	-	-
Fundo Nac.de Des.Científico e Tec. - FNDCT	-	-	-	-	-	-	(396)	-
Estudo de Pesquisa Energética - EPE	-	-	-	-	-	-	(200)	-
Total	-	-	1.441.738	3.858.832	-	-	652.946	1.197.050
Total - receita operacional líquida	3.565.838	13.152.837	1.850.505	5.453.580	3.444.818	8.232.573	1.674.002	3.069.261

(1) Receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Refere-se ao montante de ativos e passivos regulatórios reconhecidos no período findo em 30 de setembro de 2015 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.

31 Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH (**)		Energia elétrica comprada p/revenda			
	30/09/2015	30/09/2014	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	11/04/2014 a 30/09/2014
Energia de Itaipú - Binacional	2.168.842	1.418.919	249.222	604.405	102.752	182.785
Energia de leilão	4.863.169	2.800.237	433.594	1.271.440	389.647	681.827
Energia bilateral	4.656.528	3.035.908	264.702	998.785	310.198	590.699
Cotas de Angra REN 530/12 (****)	464.930	293.333	26.506	82.573	24.004	44.237
Energia de curto prazo - CCEE	753.512	364.334	66.354	348.003	236.083	306.093
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	2.337.645	1.362.705	29.859	83.191	21.825	40.824
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	287.794	182.043	27.107	81.325	27.925	51.839
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	-	(75.535)	(179.025)	(230.404)
Reembolso do Fundo CDE - bandeira tarifária (**)	-	-	(132.624)	(338.074)	-	-
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(97.698)	(284.804)	(71.574)	(138.390)
Total	15.532.420	9.457.479	867.022	2.771.309	861.835	1.529.510

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015, através do Despacho n.º 773 homologou os valores do ressarcimento pela exposição térmica referente aos meses de novembro e dezembro de 2014, que segue:

Meses	Despacho	EMT	ETO	EMS	EDEVP	CAIUÁ	EEB	CNEE	Total
Março	Despacho n.º 773 de 27 de março de 2015	8.124	35.437	14.273	1.082	6.693	6.235	3.691	75.535

Os valores referentes ao Despacho já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado do período pelas respectivas controladas como redução de custo de energia comprada e sobre eles incidem os encargos de PIS e COFINS.

(**) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício n.º 185 de 08/04/2015 estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. No período foram contabilizados R\$338.074 como redutor de energia comprada, e R\$558.044 como deduções da receita operacional.

Para os meses de janeiro a agosto de 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	EMT	ETO	EMS	EDEVP	CAIUÁ	CFLO	EEB	CNEE	TOTAL
Janeiro	Despacho nº 583 de 04 de março de 2015	(7.735)	126	1.766	(482)	(117)	(486)	(481)	246	(7.163)
Fevereiro	Despacho nº 829 de 30 de março de 2015	(15.006)	1.460	2.925	(126)	304	(677)	(377)	484	(11.013)
Março	Despacho nº 1356 de 04 de maio de 2015	(23.397)	1.223	6.579	(961)	(264)	(1.209)	(807)	57	(18.779)
Abril	Despacho nº 1743 de 29 de maio de 2015	(30.482)	(2.775)	5.047	(868)	(214)	(1.310)	(1.074)	(195)	(31.871)
Maio	Despacho nº 2131 de 30 de junho de 2015	(29.516)	(3.076)	4.769	(1.351)	(225)	(1.260)	(555)	(1)	(31.215)
Junho	Despacho nº 2440 de 29 de julho de 2015	(27.390)	2.788	3.149	(2.411)	(1.594)	(1.310)	(1.086)	(675)	(28.529)
Julho	Despacho nº 3386 de 06 de outubro de 2015	(18.709)	4.375	4.365	(2.226)	(1.335)	(1.304)	(607)	(816)	(16.257)
Agosto	Despacho nº 3387 de 06 de outubro de 2015	(21.058)	573	1.092	(2.463)	(1.647)	(1.278)	(1.411)	(1.377)	(27.569)
Setembro	Valor a ser homologado	(22.359)	(2.892)	(13.534)	(2.321)	(2.766)	(1.099)	(1.323)	(1.280)	(47.574)
		(195.652)	1.802	16.158	(13.209)	(7.858)	(9.933)	(7.721)	(3.557)	(219.970)

Sobre esses montantes foram registrados encargos de PIS e COFINS.

(***) Não revisado pelos auditores independentes.

(****) Contempla valor da REN 1585/2013.

32 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas é como segue:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura securitária (R\$ mil)	Consolidado	
			30/09/2015	31/12/2014
Riscos operacionais	23/10/2016	36.051	1.354	844
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2015	30.000	2.933	2.933
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a terceiros	30/11/2015	Até 360.000/veículo	712	712
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	30/11/2015	850	1	1
Aeronáutico - casco/LUC	30/11/2015	170.537	67	67
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2015	96.624	739	739
Multirrisco Hangar	20/11/2015	2.500	4	4
RC Hangar	20/11/2015	27.932	77	77
Compreensivo Empresarial	26/09/2016	620	5	5
Transportes	30/11/2015	Até 2.000/transporte	173	173
			<u>6.065</u>	<u>5.555</u>

Riscos Operacionais

Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento / inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para danos morais, materiais e corporal causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Multirrisco

Garante cobertura securitária no caso de prejuízos decorrentes dos riscos causados a prédios, máquinas, móveis e utensílios, mercadorias e matérias primas do segurado.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

Seguros de Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil e Multiline para as PCHs do Rio Grande de responsabilidade da controlada Energisa Geração Rio Grande.

Estes seguros são contratados esporadicamente, de acordo com o programa de construção de PCHs do segurado, com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros.

Transportes

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

33 Arrendamento mercantil - consolidado

A Companhia e suas controladas possuem arrendamento mercantil no montante de R\$9.442 (R\$13.531 em 31 de dezembro de 2014), referente a equipamentos e aeronaves, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, com prazo de duração de 36 e 120 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2015, a Companhia e suas controladas, em atendimento ao CPC-06, reconheceram os montantes de R\$4.089 no consolidado como despesa de depreciação e de R\$2.141 como despesa financeira, referente aos encargos dos contratos.

A liquidação dos contratos em moeda estrangeira no montante de R\$49.122 (R\$35.898 em 31 de dezembro de 2014), será finalizada em 29 de setembro de 2020.

Em 30 de setembro de 2015 os contratos têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2015
2015	1.584
2016	6.570
2017	7.025
2018	7.511
2019	8.032
2020	18.400
Total	49.122
Circulante	6.470
Não Circulante	42.652

34 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora				
	30/09/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	1.226	1.226	5.072	5.072
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	4.057	4.057	51	51
Títulos de créditos a receber	845	845	845	845
Créditos com partes relacionadas	282.511	282.511	110.397	110.397
Passivos				
Fornecedores	252	252	262	262
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	133.340	133.340	127.293	127.293
Débitos com partes relacionadas	635.818	635.818	700.842	700.842
Consolidado				
	30/09/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	203.601	203.601	356.595	356.595
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	436.769	436.769	973.554	973.554
Clientes	1.413.087	1.413.087	1.090.095	1.090.095
Títulos de créditos a receber	23.667	23.667	24.568	24.568
Contas a receber da concessão	2.384.192	2.384.192	2.065.088	2.065.088
Instrumentos financeiros derivativos	129.189	129.189	10.243	10.243
Ativos regulatórios	813.603	813.603	594.749	594.749
Créditos com partes relacionadas	439.225	439.225	226.444	226.444
Passivos				
Fornecedores	1.125.840	1.125.840	1.019.533	1.019.533
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	3.240.508	3.240.508	2.708.127	2.708.127
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	259	259
Passivos regulatórios	422.186	422.186	428.549	428.549
Débitos com partes relacionadas	639.383	639.383	562.879	562.879
Parcelamento de impostos	98.061	98.061	108.307	108.307
Taxas regulamentares	173.528	173.528	468.866	468.866

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, ativo regulatório e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras junto a Eletrobrás, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esses a 1ª emissão de debêntures (ETO), a 7ª emissão de debêntures (EMS) e a 2ª e 5ª emissão de debêntures (EMT). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses a 4ª emissão de debêntures da controladora a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia e suas controladas realizaram a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em de 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como hedge accounting. Em 30 de setembro de 2015 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foram impactado em R\$20.729 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no terceiro trimestre de 2015, para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”), tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 30 de setembro de 2015 tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$300 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

- Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

A gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia e suas controladas.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Dívida (a)	3.240.508	2.708.127
Partes Relacionadas (c)	627.224	546.793
Caixa e equivalentes de caixa	(203.601)	(356.595)
Dívida Líquida	3.664.131	2.898.325
Patrimônio Líquido (b)	(2.237.831)	(1.956.414)
Índice de endividamento líquido	1,64	1,48

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 22 e nº 23.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

(c) Energisa S/A, conforme detalhamento na nota explicativa nº 15.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%meses)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		252	-	-	-	-	252
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	1,75%	-	3.905	9.723	9.057	573.295	595.980
Total		252	3.905	9.723	9.057	573.295	596.232

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%meses)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		776.771	-	-	-	349.069	1.125.840
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	12,53%	320.486	401.426	1.682.024	930.772	2.405.481	5.740.189
Total		1.097.257	401.426	1.682.024	930.772	2.754.550	6.866.029

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa

Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeira é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	1.226	5.072	203.601	356.595
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.057	51	436.769	973.554
Clientes	-	-	1.413.087	1.090.095
Títulos de créditos a receber	845	845	23.667	24.568
Ativos regulatórios	-	-	813.603	594.749
Contas a receber da concessão	-	-	1.916.958	2.065.088
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	129.189	10.243
Ativos regulatórios	-	-	813.603	594.749
Créditos com partes relacionadas	282.511	110.397	439.225	226.444

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nºs 6, 7, 8, 13 e 17.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 22, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, BNDES e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de setembro de 2015, com alta de 49,57% sobre 31 de dezembro de 2014, cotado a R\$3,9729/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de setembro de 2015 era de 28,75%, enquanto em 31 de dezembro de 2014 era de 14,33%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de setembro de 2015, de R\$3.247.149 (R\$2.708.933 em 31 de dezembro de 2014), R\$852.945 (R\$184.277 em 31 de dezembro de 2014), estão representados em dólares pela emissão internacional de:

- (i) US\$ 6,07 milhões (US\$ 6,06 milhões de principal) de empréstimo captado pela EMT junto ao Bank of América Merrill Lynch;
- (ii) US\$ 12,4 milhões (US\$12,4 milhões de principal) referente ao leasing de aeronave na EMT;
- (iii) US\$ 13,0 milhões (US\$ 13,0 milhões de principal) de empréstimo captado pela EEB junto ao Banco ABC Brasil;
- (iv) US\$ 19,3 milhões (US\$19,3 milhões de principal) referente à confissão e repactuação de dívida (Itaipu) na EEB;
- (v) US\$ 4,0 milhões (US\$ 4,0 milhões de principal) de empréstimo captado pela EEB junto ao Banco Itaú BBA;
- (vi) US\$ 19,4 milhões (US\$ 19,3 milhões de principal) de empréstimo captado pela EEB junto ao Banco Santander;
- (vii) US\$ 26,2 milhões (US\$ 25,9 milhões de principal) de empréstimo captado pela ECA junto ao Banco Itaú BBA;
- (viii) US\$ 12,9 milhões (US\$ 12,9 milhões de principal) de empréstimo captado pela ECA junto ao Bank of América Merrill Lynch;
- (ix) US\$ 7,8 milhões (US\$ 7,7 milhões de principal) de empréstimo captado pela CFLO junto ao Banco Itaú BBA;
- (x) US\$ 66,2 milhões (US\$ 65,0 milhões de principal) de empréstimo captado pela ETO junto ao Banco Itaú BBA;
- (xi) US\$ 3,3 milhões (US\$ 3,3 milhões de principal) de empréstimo captado pela EDEVP junto ao Banco

- Santander;
- (xii) US\$ 6,4 milhões (US\$ 6,4 milhões de principal) de empréstimo captado pela EDEVP junto ao Banco ABC Brasil;
- (xiii) US\$ 31,5 milhões (US\$ 31,4 milhões de principal) de empréstimo captado pela EMS junto ao Bank of América Merrill Lynch;
- (xiv) US\$ 16,9 milhões (US\$ 16,9 milhões de principal) de empréstimo captado pela EMS junto ao Banco Itaú BBA; e
- (xv) US\$ 3,2 milhões (US\$ 3,2 milhões de principal) de empréstimo captado pela CNEE junto ao Banco ABC Brasil.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto e longo prazo (13 de outubro de 2015 no curto prazo e último vencimento em 13 de abril de 2020) e custo máximo de US\$ mais 7,02% ao ano.

O balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 apresenta R\$129.189 (R\$7.089 em 31 de dezembro de 2014) no ativo circulante, R\$3.154 em 31 de dezembro de 2014) no ativo não circulante e R\$259 em 31 de dezembro de 2014) no passivo não circulante, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletidos nas demonstrações financeiras. Por outro lado, o aumento da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima, conforme segue:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador	Designação Hedge Accounting
Loan 4131 BAML x EMT 1	7.272	LIBOR + 1,50%	04/05/2017	-	Fair Value Hedge
P. Ativa		CDI + 1,45%			
P. Passiva					
Loan 4131 Itaú BBA x ECA 1	25.893	VC + 4,00%	28/11/2017	-	Fair Value Hedge
P. Ativa		CDI + 2,25%			
P. Passiva					
Loan 4131 Itaú BBA x EEB 2	3.984	VC + 4,00%	28/11/2017	-	Fair Value Hedge
P. Ativa		CDI + 2,25%			
P. Passiva					
Loan 4131 Itaú BBA x CFLO 1	7.663	VC + 4,50%	25/02/2016	-	Fair Value Hedge
P. Ativa		CDI + 2,35%			
P. Passiva					
Loan 4131 Itaú BBA x ETO 1	65.030	VC + 4,04%	13/04/2020	-	Fair Value Hedge
P. Ativa					

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador	Designação Hedge Accounting
P. Passiva		CDI + 2,72%			
Loan 4131					
Santander x EDEVP 1	3.300		13/10/2015	-	Fair Value Hedge
P. Ativa		VC + 3,00%			
P. Passiva		CDI + 1,89%			
Loan 4131					
BAML x EMS 2	31.446		01/06/2017	-	Fair Value Hedge
P. Ativa		Libor + 1,85%			
P. Passiva		CDI + 1,4925%			
Loan 4131					
BAML x ECA 2	12.882		12/06/2017	-	Fair Value Hedge
P. Ativa		Libor + 1,85%			
P. Passiva		CDI + 1,4995%			
Loan 4131					
Santander x EEB 3	19.288		28/12/2015	-	Fair Value Hedge
P. Ativa		VC + 3,10%			
P. Passiva		CDI + 2,45%			
Loan 4131					
Banco ABC x EDEVP 2	6.369		05/07/2016	-	Não aplicável
P. Ativa		VC + 4,37%			
P. Passiva		CDI + 3,50%			
Loan 4131					
Banco ABC x CNEE	3.185		05/07/2016	-	Não aplicável
P. Ativa		VC + 4,37%			
P. Passiva		CDI + 3,50%			
Loan 4131					
BAML x EMS 3	7.600		08/08/2016	-	Não aplicável
P. Ativa		Libor + 1,75%			
P. Passiva		CDI + 1,24%			
Loan 4131					
Banco ABC x EEB 4	12.987		31/08/2017	-	Não aplicável
P. Ativa		VC + 7,02%			
P. Passiva		CDI + 3,55%			
Loan 4131					
BAML x EMS 4	9.250		06/09/2016	-	Não aplicável
P. Ativa		Libor + 1,90%			
P. Passiva		CDI + 1,39%			

A controlada EMS possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). Segue as operações de swap de juros a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Operação	Vencimento	Designação Hedge Accounting
SWAP HSBC X EMS P. Ativa	23.703	CDI + 3,50%	05/09/2016	Não aplicável
P. Passiva		132,00% CDI + (TJLP-6,00%)		

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como "fair value hedge", vigentes em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2015	31/12/2014		30/09/2015	31/12/2014
Swap de Juros	17.778	135.036	Posição Ativa		
			Taxa de Juros Pré-fixada, CDI	18.263	151.280
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(18.442)	(141.445)
			Posição Total Swap	(179)	9.835

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2015	31/12/2014		30/09/2015	31/12/2014
Derivativos	139.755		Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(156.802)	
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	139.755		Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	156.802	
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(147.321)	
			Posição Total Swap Com Opções	9.481	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(147.321)	

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo, ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2015	31/12/2014		30/09/2015	31/12/2014
Dívida (Objeto de Hedge)*	520.981		Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(684.779)	
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	520.981		Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	687.192	
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(567.306)	
			Posição Total Swap Com Opções	119.887	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(564.893)	

(*) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos contratados pelas controladas em 30 de setembro de 2015 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 22 e 23 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de setembro de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros	-		112.553	(79.252)	(265.033)
Swap Cambial					
Posição Ativa -Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	843.994	Alta	731.441	923.246	1.109.027
Posição Passiva -Taxa de Juros CDI	(714.626)	US\$	(714.626)	(714.626)	(714.626)
Subtotal	<u>129.368</u>		<u>16.815</u>	<u>208.620</u>	<u>394.401</u>
Total Líquido - ganhos (perdas)	<u>129.368</u>		<u>129.368</u>	<u>129.368</u>	<u>129.368</u>

(3) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 30 de setembro de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias)

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros	-		-	2	5
Swap de Juros					
Posição Ativa -Taxa de Juros	18.263	Alta	18.263	18.261	18.258
Posição Passiva -Taxa de Juros CDI + TJLP	(18.442)	TJLP / CDI	(18.442)	(18.649)	(18.848)
Subtotal	<u>(179)</u>		<u>(179)</u>	<u>(388)</u>	<u>(589)</u>
Total Líquido - ganhos (perdas)	<u>(179)</u>		<u>(179)</u>	<u>(386)</u>	<u>(585)</u>

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de setembro de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 14,14%, TJLP = 6,5% ao ano ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	559.219	Alta CDI	18.833	23.264	27.595
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(842.061)	Alta CDI	(28.662)	(35.828)	(42.993)
	(1.392.098)	Alta CDI	(47.145)	(59.833)	(70.974)
	(70)	Alta TJLP	(1)	(2)	(3)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.123)	Alta IPCA	(291)	(364)	(437)
Subtotal (2)	(2.238.352)		(76.099)	(96.027)	(114.407)
Total - perdas (2)	(1.679.133)		(57.266)	(72.763)	(86.812)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2015 (14,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2015, TJLP 6,5% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$1.008.797.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	Controladora		Consolidado	
		30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	2	1.226	5.072	203.601	356.595
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	4.057	51	436.769	973.554
Clientes	2	-	-	1.413.087	1.090.095
Títulos de créditos a receber	2	845	845	23.667	24.568
Contas a receber da concessão	3	-	-	1.916.958	2.065.088
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	129.189	10.243
Ativos regulatórios	3	-	-	813.603	594.749

35 Benefícios a empregados

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, que é vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 30 de setembro de 2015 a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$ 6.986 (R\$ 5.534 em 30 de setembro de 2014) no consolidado.

Plano de saúde

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 30 de setembro de 2015 as despesas com o plano de saúde foram de R\$ 27.573 (R\$ 10.970 em 30 de setembro de 2014), no consolidado.

36 Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de compra de energia - reais mil						
	Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	2015 a 2048	34.334	137.591	143.084	139.913	143.490	2.130.671
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	319.072	1.311.453	1.336.903	1.458.429	1.560.198	18.322.566
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	70.381	313.276	307.316	312.790	374.413	6.258.326
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	145.242	539.057	525.843	558.451	618.354	12.185.308
Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	2015 a 2048	13.583	53.903	51.108	39.208	38.864	702.164
Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	2015 a 2048	19.469	88.889	91.127	91.119	112.323	1.802.999
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	2015 a 2048	29.294	124.266	134.258	130.758	130.832	1.948.244
Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO	2015 a 2026	19.414	78.589	81.512	84.072	86.717	686.802
		650.789	2.647.024	2.671.151	2.814.740	3.065.191	44.037.080

(*) O contrato de suprimento da CFLO foi aditado, conforme as disposições previstas no Submódulo 11.1 do PRORET (Procedimento de Regulação Tarifária).

(**) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de setembro de 2015 e foram homologados pela ANEEL.

37 Ativo de geração alienado

A controladora Energisa concluiu em 18 de novembro de 2014, negociação com a São João Energética S.A., FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners, para venda dos ativos de geração de energia elétrica em operação. A negociação envolveu a alienação da usina hidrelétrica no Mato Grosso (120 MW) de propriedade da controlada Tangará Energia S/A.

A Rede Energia integralizou, em dezembro de 2014, no Fundo FIP REDE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 95,07% do capital social de que possui na Tangará Energia S/A, pelo valor de R\$229.594.

Com base no pronunciamento técnico CPC 31, desde 30 de setembro de 2014, a Companhia reclassificou esses ativos e passivos que foram destinados à venda, sem que houvesse qualquer impacto no resultado.

As transferências dos ativos destinados a alienação foram capitalizados aos Fundos de Investimentos pelo valor de mercado tendo sido finalizada em 30 de maio de 2015 com apuração de ganho de capital de R\$255.300, que não inclui ajustes normais de preços que se encontram em processos de apuração em atendimento ao CPC 30 e em face de por não terem sido satisfeitos os critérios que possibilite o registro contábil que não foram reconhecidos na demonstração de resultado do período.

A Companhia veio a reconhecer o ganho de capital no período findo em 30 de setembro de 2015, conforme segue:

	Controladora e Consolidado
Valor original de venda dos ativos (recebidos)	171.350
Ajuste preço adicional	4.263
Valor de venda contabilizado pela alienação dos ativos de geração	175.613
Custos dos investimentos alienados	79.687
(=) Ganho apurado na alienação	255.300

Para efeitos de comparabilidade a Companhia reclassificou os ativos e passivos para disponíveis para venda, conforme segue:

Ativos e passivos disponíveis para venda	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2014
Ativo		
Ativo circulante		
. Caixa e aplicação financeira no mercado aberto	-	54.610
. Clientes	-	9.555
. Outros	-	6.867
Total do ativo circulante	-	71.032
Ativo não circulante		
. Imobilizado/Intangível	-	178.715
Total do ativo não circulante	-	179.805
Total dos ativos disponíveis para venda	-	250.837
Passivo		
Passivo circulante		
. Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	236.338
. Provisão para perdas de participação societária	130.639	-
. Outros	-	19.973
Total do passivo circulante	130.639	256.311
Passivo não circulante		
. Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	120.000
. Impostos a recolher/ diferido	-	12.714
. Outros	-	77.829
Total do passivo não circulante	-	210.543
Total do passivo associado a ativos disponíveis para venda	130.639	466.854

Demonstração de resultado da operação descontinuada:

Demonstração do resultado das operações descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receita líquida	-	-	31.761	10.213
(-) Custo com energia elétrica	-	-	26.869	12.612
(-) Custo de operação	-	-	3.552	10.450
Lucro operacional bruto	-	-	1.340	12.375
(-) Despesas operacionais	-	-	705	712
Resultado do serviço	-	-	635	11.663
Receitas financeiras	-	-	4.354	14.493
Despesas financeiras	-	-	20.528	132.041
Equivalência patrimonial	16.206	116.385	-	-
Outros resultados operacionais	-	-	58	-
Prejuízo antes do IRPJ e CSSL	16.206	116.385	15.481	105.885
(-) Despesa de Imposto de renda e contribuição social	-	-	725	10.500
Prejuízo de operação descontinuada	16.206	116.385	16.206	116.385

Demonstração do resultado do período:

Controladora	Divulgado 30/09/2014	Reclassificação p/ ativos disponíveis para venda	Reapresentado 30/09/2014
Receitas financeiras	1.733.211	(545.462)	1.187.749
Equivalência patrimonial	697.557	116.385	813.942
Outros resultados operacionais	3.595	545.462	549.057
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	2.172.977	116.385	2.289.362
Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.877.336	116.385	1.993.721
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	-	(116.385)	(116.385)
Lucro do período	1.877.336	-	1.877.336

Consolidado	Divulgado 30/09/2014	Reclassificação p/ ativos disponíveis para venda	Reapresentado 30/09/2014
Receita líquida	3.079.474	(44.672)	3.034.802
(-) Custo com energia elétrica	(1.648.609)	21.847	(1.626.762)
(-) Custo de operação	(706.857)	(55.963)	(762.820)
Lucro operacional bruto	724.008	(78.788)	645.220
(-) Despesas operacionais	(316.001)	67.125	(248.876)
Receitas financeiras	2.824.956	(14.492)	2.810.464
Despesas financeiras	(725.784)	132.041	(593.743)
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	2.507.179	105.886	2.613.065
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(584.057)	10.499	(573.558)
Resultado Líquido das Operações descontinuadas	-	(116.385)	(116.385)

Demonstração do valor adicionado da operação descontinuada:

Controladora	Divulgado 30/09/2014	Reclassificação p/ ativos disponíveis para venda	Reapresentado 30/09/2014
Receitas	3.595	545.462	549.057
. Outras receitas	3.595	545.462	549.057
Valor Adicionado Bruto	(24.085)	545.462	521.377
Valor Adicionado Recebido em Transferência	2.430.768	(429.077)	2.001.691
. Resultado de Equivalência Patrimonial	697.557	116.385	813.942
. Receitas financeiras	1.733.211	(545.462)	1.187.749
Valor Adicionado Total a Distribuir	2.406.683	116.385	2.523.068
Distribuição do Valor Adicionado	2.406.683	116.385	2.523.068
Outros	-	116.385	116.385
. Operações descontinuadas	-	116.385	116.385

Consolidado	Divulgado 30/09/2014	Reclassificação p/ ativos disponíveis para venda	Reapresentado 30/09/2014
Receitas	4.316.838	(17.042)	4.299.796
. Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.111.857	(17.042)	4.094.815
Insumos Adquiridos de Terceiros	(2.333.443)	(9.627)	(2.343.070)
. Custos, Prod e Serv. Vendidos	(1.652.437)	(8.784)	(1.661.221)
. Materiais, Energia, Serv. De Terceiros e Outros	(540.699)	2.457	(538.242)
. Outras	(140.307)	(3.300)	(143.607)
Valor Adicionado Bruto	1.983.395	(26.669)	1.956.726
Retenção	(153.674)	4.831	(148.843)
. Depreciação, Amortização e Exaustão	(153.674)	4.831	(148.843)
Valor Adicionado Líquido Produzido	1.829.721	(21.838)	1.807.883
Valor Adicionado Recebido em Transferência	3.763.077	(952.613)	2.810.464
. Receitas financeiras	3.763.077	(952.613)	2.810.464
Valor Adicionado Total a Distribuir	5.592.798	(974.451)	4.618.347
Distribuição do Valor Adicionado	5.592.798	(974.451)	4.618.347
Pessoal	219.725	(3.345)	216.380
. Remuneração direta	173.616	(3.345)	170.271
Impostos, Taxas e Contribuições	1.779.636	(17.328)	1.762.308
. Federais	1.028.175	(17.328)	1.010.847
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.670.315	(1.070.163)	600.152
. Juros	1.661.009	(1.070.163)	590.846
Outros	-	116.385	116.385
. Operações descontinuadas	-	116.385	116.385

Demonstração dos fluxos de caixa:

Controladora	Divulgado 30/09/2014	Ajustes - Reclassificação para ativos disponíveis para venda	30/09/2014
Caixa Líquido Atividades Operacionais	(306.466)	-	(306.466)
Lucro antes dos impostos	1.766.637	116.385	1.883.022
Equivalência patrimonial	(697.557)	(116.385)	(813.942)
Caixa Líquido Atividade de Investimento	(634.218)	-	(634.218)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	951.311	-	951.311
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10.627	-	10.627
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.907	-	3.907
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.534	-	14.534
Varição Líquida do caixa	10.627	-	10.627

Consolidado	Divulgado 30/09/2014	Ajustes - Reclassificação para ativos disponíveis para venda	30/09/2014
Caixa Líquido Atividades Operacionais	150.879	-	150.879
Lucro antes dos impostos	2.507.179	116.385	2.623.564
Lucro antes dos impostos das empresas descontinuadas	-	(116.385)	(116.385)
Caixa Líquido Atividades de investimento	(578.739)	-	(578.739)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	847.071	-	847.071
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	419.211	-	419.211
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	52.358	-	52.358
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	471.569	-	471.569
Variação Líquida do caixa	419.211	-	419.211

38 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	30/09/2015	31/12/2014
Retomada de controle - Valor justo das distribuidoras	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	80.093
Aplicação no Mercado Aberto	-	149.728
Clientes, consumidores e concessionárias e PDD	-	838.153
Tributos a Recuperar	-	234.883
Títulos de créditos a receber	-	201.491
Estoques	-	20.781
Cauções e Depósitos Vinculados	-	96.167
Outros créditos	-	678.922
Créditos com partes relacionadas	-	660.736
Impostos Diferidos	-	641.862
Contas a receber da Concessão	-	2.061.340
Intangível e ativo intangível (PPA)	-	5.078.430
Fornecedores	-	1.229.594
Salários a pagar	-	13.474
Empréstimos e Financiamentos	-	1.821.299
Debentures	-	272.102
Tributos e Contribuições	-	1.081.362
Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	-	561.867
Parcelamento de impostos	-	607.054
Contribuição Social Diferida	-	41.320
Empresas controladas e coligadas	-	172.303
Outros passivos	-	1.485.903
Investimentos descontinuados	-	-
Caixa e equivalente de caixa	-	22.476
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	32.134
Clientes	-	9.555
Tributos a recuperar	-	4.517
Outros créditos	-	2.646
Tributos a recuperar	-	794
Imobilizado	-	176.067
Intangível	-	1.035
Fornecedores	-	11.237
Empréstimo e financiamento	-	231.166
Debêntures	-	125.172
Tributos e contribuições sociais	-	1.109

	30/09/2015	31/12/2014
Outras contas a pagar	-	13.760
IRPJ e CSSL diferidos	-	12.714
Outras transações não caixa		
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	258.482	177.598
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	85.234	8.207
Atividades operacionais		
Fornecedores	49.384	-
Incorporação de redes	16.412	
Estoques	1.940	
Atividades de investimentos		
Imobilizado e intangível	67.736	-

39 Eventos subsequentes

Empréstimo controlada:

Em 01 de outubro de 2015, a controlada EMT contratou empréstimo com o Banco Safra, na modalidade de CCB, com finalidade de capital de giro, no valor de R\$70.000, com taxa de juros CDI mais 2,20% a.a. e vencimento em 30 de dezembro de 2015.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional *IAS 34 - “Interim Financial Reporting”*, emitida pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para a conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

A controlada Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. possui créditos a receber do Governo do Estado de Tocantins nos montantes de R\$ 73.044 mil e R\$ 20.658 mil, referentes ao programa Reluz Tocantins e ao convênio firmado para a implementação de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá, respectivamente. Em 30 de setembro de 2015, devido à ausência de análises e documentação suporte que demonstrem a valorização e, principalmente, as condições de realização do ativo, não foi possível concluirmos sobre os referidos créditos.

Conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para a conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias”, se houver, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o *IAS 34*, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Continuidade operacional da Companhia

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia possui dívidas com terceiros e com o acionista controlador indireto, oriundas da recuperação judicial. A administração concluiu o processo de renegociação

dessas dívidas, que resultou no alongamento dos prazos e reequilíbrio do capital circulante líquido. Entretanto, a Companhia permanece contando com o suporte financeiro de seu acionista controlador indireto até que todo processo de recuperação judicial esteja concluído. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Renovação das concessões para exploração do serviço de distribuição de energia das controladas

Conforme mencionado nas notas explicativas nos 1 e 17 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, as respectivas concessões para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica das controladas Caiuá - Distribuição de Energia S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Empresa Elétrica Bragantina e Companhia Força e Luz do Oeste expiraram em 7 de julho de 2015. As controladas protocolaram pedido de prorrogação do prazo da concessão em 2012 junto a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e, desde então, aconteceram certos fatos relacionados à este assunto, os quais estão detalhados nas referidas notas explicativas. Esta situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade normal das operações das controladas, pois a renovação das concessões depende de ato do Poder Concedente. As informações financeiras intermediárias dessas investidas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, o qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias", se houver, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes referentes às informações financeiras intermediárias dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014 apresentados para fins de comparação

Fomos contratados para revisar as informações e os valores correspondentes às informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014, apresentados para fins de comparação. Entretanto, nosso relatório, datado de 14 de novembro de 2014, continha abstenção de conclusão devido a Companhia não ter concluído o laudo de alocação de preço (PPA) pago na retomada do controle das Distribuidoras da Companhia.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: www.energisa.com.br**